



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

RENATO OLIVEIRA ALVES

**ORGANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO ACERVO DE  
ENTREVISTAS DE PIONEIROS DO MUSEU HISTÓRICO  
DE LONDRINA**

---

Londrina  
2021

RENATO OLIVEIRA ALVES

**ORGANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO ACERVO DE  
ENTREVISTAS DE PIONEIROS DO MUSEU HISTÓRICO  
DE LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Luiz Contani

Londrina  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Alves, Renato Oliveira.

Organização e recuperação do acervo de entrevistas de pioneiros do Museu Histórico de Londrina / Renato Oliveira Alves. - Londrina, 2021.  
75 f.

Orientador: Miguel Luiz Contani.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Museus - Entrevistas de Pioneiros - Tese. 2. Registro documental - Tese. 3. Recuperação da informação - Tese. 4. Museu Histórico de Londrina - Tese. I. Contani, Miguel Luiz Contani. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 02

RENATO OLIVEIRA ALVES

**ORGANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO ACERVO DE  
ENTREVISTAS DE PIONEIROS DO MUSEU HISTÓRICO  
DE LONDRINA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Miguel Contani (Orientador)  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Brígida Nogueira Cervantes  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof. Dr. João Batista Alves  
Universidade Federal de Campina Grande

Londrina, 14 de maio de 2021.

## AGRADECIMENTOS

Ressalto em primeiro lugar a paciência e o dom para orientação e formação de pesquisadores e professores, do amigo Prof. Dr. Miguel Contani, meu orientador e incentivador nesta pesquisa. Sem palavras para agradecer todo o seu empenho.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Brígida Cervantes, pelas preciosas indicações, assistência na solução de problemas e oportunos alertas para sustentar a pesquisa na firme aderência à linha de pesquisa “Organização e Representação da Informação e do Conhecimento”. Esse sólido apoio foi fundamental.

Aos meus familiares, minha mãe, Zulmira Gomes de Oliveira Maikuma, a quem devo absolutamente tudo no que diz respeito aos valores e à vontade de estudar e exercer uma profissão. Meu irmão Leandro Maikuma, parceiro nas horas difíceis. Ao seu pai e meu padrasto (in memoriam) Kazue Maikuma, que junto com sua irmã e nossa tia Fusako Maikuma, financiou parte de nossos estudos desde as séries iniciais.

Aos meus amigos que dificilmente conseguirei nominar para não cometer nenhuma omissão. A todos um especial agradecimento.

*A explosão da informação, iniciada em meados do século XX, em virtude do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, trouxe novas concepções para as unidades de informação. Embora a função cultural ainda esteja atrelada a essas unidades nos dias de hoje, sua função primordial passou a ser a disseminação dos registros documentários produzidos, fruto da atividade intelectual, artística e administrativa da nação em que estão vinculadas.*

Jorge Santa Anna

ALVES, Renato Oliveira. **Organização e recuperação do acervo de entrevistas de pioneiros do Museu Histórico de Londrina**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2021.

## RESUMO

Os museus adquirem uma característica semelhante à do ambiente de biblioteca, quando se considera que os objetos sob sua guarda e preservação podem ser entendidos como documentos, e neste sentido transformá-los em unidade de informação. A pesquisa deste estudo objetiva indicar meios de indexação e recuperação de documentos de áudio, proveniente do acervo de áudio do repositório do Museu Histórico de Londrina, constituídos por registros contendo entrevistas concedidas por pioneiros da constituição da cidade, gravadas durante a década de 1970 e digitalizadas em 2018. Uma contribuição essencial buscada é no sentido de evitar que tão precioso e insubstituível material seja subutilizado ou venha a receber acesso pouco significativo. A pesquisa, nesse universo, pode ser considerada como qualitativa, exploratória e documental quanto à natureza, objetivos e procedimentos, respectivamente. No aporte de fundamentação, são discutidos os conceitos de documento e os princípios da análise de domínio de Birger Hjørland. São identificadas e avaliadas quatro formas de orientar a composição de um método de organização e recuperação que permita conhecer o modo como os áudios podem ser constituídos como documentos e receber tratamento de organização e representação do conhecimento. O domínio indexação e recuperação de especialidades aplica-se em todo o repositório de forma geral; o domínio estudos históricos mostra que o objeto traz fortuna crítica acerca de diversos momentos da história da cidade; o domínio estudos de documentos e gêneros enquadra documentos com perfeita audibilidade, audibilidade moderada e danificados, estes últimos recuperáveis por alguma tecnologia para a passagem entre analógico e digital.

**Palavras-chave:** Unidade de informação. Registro documental. Recuperação da informação. Análise de domínio.

ALVES, Renato Oliveira. **Organization and retrieval of interview files with pioneers at the Historical Museum of Londrina**. Dissertation (Master's degree in Information Science) - State University of Londrina (UEL). 2021.

## ABSTRACT

Museums become similar to the library environment, when one considers that the objects under their guard and preservation can be viewed as documents, and in this sense be called a unit of information. The research in this study aims to indicate means of indexing and retrieval of audio documents, from the audio collection of the repository of the Historical Museum of Londrina. It consists of records containing interviews with pioneers of the early days of the city, recorded during the 1970s and digitized in 2018. An essential contribution is to prevent such precious and irreplaceable material from being underused or receive insignificant retrieval. The research is qualitative, exploratory, and documentary in nature, objectives, and procedures, respectively. The conceptual foundation covers the definitions of document and the principles of Birger Hjørland's domain analysis. The method of organization and retrieval evaluate four of these domains to determine how the audio materials can be filed as documents and receive treatment of organization and representation of knowledge. The domain indexing and retrieval of specialties fits to the repository in general; the domain historical studies shows that the object provide critical resource to appraise different points in the history of the city; the domain studies of documents and genres frames documents with perfect audibility, moderate audibility and damaged, the latter recoverable by some technology for the analog-to-digital conversions.

**Keywords:** Information unit. Documentary record. Retrieval of information. Domain analysis.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Mapa de evolução do conceito de documento .....	35
<b>Quadro 1</b> – Lista de relatos de pioneiros - década de 1970. ....	56

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCI – Biblioteconomia e Ciência da Informação

Cassete – Fita de gravação em formato analógico

Conarq – Conselho Nacional de Arquivologia

CCSDS – Consultive Committee for Space Data Systems

CI – Ciência da Informação

CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná

HTML – Hyper Text Markup Language (Linguagem de marcação de hipertexto)

IA – Information Architecture (Arquitetura da informação)

ISO – International Organization for Standardization (Organização internacional para padronização)

LSP – Language for Special Purposes (Linguagem para fins especiais)

OAIS – Open Archival Information System

OC – Organização do Conhecimento

ORIC – Organização e Representação da Informação e do Conhecimento

PPGCI – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Promic – Programa Municipal de Incentivo à Cultura

SI – Sistema de Informação

Sigad – Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos

Sinar – Sistema Nacional de Arquivos

UEL – Universidade Estadual de Londrina

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

VHS – Video Home System (Sistema doméstico de vídeo)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1	PROBLEMA.....	13
1.2	JUSTIFICATIVA.....	13
1.3	OBJETIVOS .....	14
1.4	ORGANIZAÇÃO .....	14
<b>2</b>	<b>O CONCEITO DE DOCUMENTO.....</b>	<b>16</b>
2.1	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO.....	24
2.2	ARQUIVOS E DOCUMENTOS DIGITAIS.....	28
2.3	MUSEU COMO UNIDADE DE INFORMAÇÃO .....	35
<b>3</b>	<b>DOMÍNIO E DOCUMENTO .....</b>	<b>42</b>
3.1	ANÁLISE DE DOMÍNIO NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO .....	44
3.2	DOCUMENTOS GERADOS POR ÁUDIOS GRAVADOS.....	45
<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>52</b>
4.1	INDEXAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESPECIALIDADES.....	66
4.2	ESTUDOS HISTÓRICOS .....	66
4.3	ESTUDOS DE DOCUMENTOS E GÊNEROS .....	67
4.4	ESTUDOS EPISTEMOLÓGICOS E CRÍTICOS .....	68
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O termo “biblioteca”, expressão de origem grega, comporta, pelo sentido da terminação “teca”, a noção de lugar onde se deposita – neste caso, o livro. A mesma acepção se projeta para discoteca, videoteca, hemeroteca, e tantas outras designações que, com a mesma terminação, significam lugar onde se guarda alguma coisa. O ato de guardar contém tanto uma noção física, de dar abrigo e proteção, como também deve ser pensado no sentido abstrato de preservação, restituição, tornar acessível, aprofundar, expandir. Uma biblioteca é uma unidade de informação. Tornar essa informação acessível, de modo preciso, eficiente e útil, requer metodologia sempre aperfeiçoada respaldada em critérios cada vez mais confiáveis.

Os museus têm semelhança com o ambiente de biblioteca, e a guarda e a preservação estão dentre suas funções centrais. O mesmo desafio de tornar acessível a informação de que dispõe, aplica-se a esse espaço privilegiado das cidades. O acesso à informação tem papel fundamental nos dias de hoje, e as tecnologias, em constante evolução, proporcionam imensas contribuições pelo fato de estarem cada vez mais a serviço dessa demanda. O desenvolvimento econômico e social é tributário direto da geração de novos conhecimentos e da disseminação que tem como passo preliminar a elaboração e a preservação de documentos e registros.

Os museus estão inseridos no novo panorama das tecnologias da informação e, do mesmo modo que as bibliotecas, incorporaram modificações em seus conceitos e na compreensão do papel que lhes cabe como unidades de informação. O conceito de unidade de informação abrange as tarefas de preservar, abrigar, documentar e disseminar a informação. Variados espaços dentro de um ambiente urbano podem exercer esse papel, e um museu tende a ser visto como um espaço predominantemente de exposição de objetos, mesmo que incluam livros e peças documentais. Essa concepção necessita ser dinamizada, mesmo reconhecendo o zelo e a árdua atividade dos responsáveis por assegurar essa preservação e a difusão da cultura.

Embora a ciência da informação seja considerada uma ciência nova na história, seu campo de estudo engloba disciplinas que trabalham diretamente com a gestão da informação, como a biblioteconomia, arquivologia, museologia e outros. Sendo assim, para se compreender seu papel nesse processo, faz-se necessário

entender seu conceito, sua teoria e suas características. Um museu deve ser entendido como agente de gestão da informação e neste sentido a abordagem faz parte de um campo de estudos que se define como Um campo que se define como área que pressupõe uma utilização, envolve um usuário e tem proveniência em algum tipo de fonte. Discute-se a questão da qualidade da fonte e a que necessidade e a que finalidade servirá.

A função das fontes é dupla: gerar informação e divulgá-la. No caso do estudo aqui proposto, o Museu Histórico de Londrina passa a ser a fonte de um precioso material que seria eventualmente descartado ou até mesmo destruído por deterioração natural ou desleixo na manutenção. Por outro lado, todo habitante da cidade e região são potenciais usuários por tratar-se de uma informação que integra permanentemente a referência de identidade indispensável a todo grupo social. A pesquisa desta dissertação se volta a contribuir para o alcance de métodos que possam melhorar a indexação de documentos armazenados e classificados, bem como indicar os tipos de melhoria que possam ser integrados no sistema de recuperação da informação.

Como recorte, o trabalho será concentrado nos documentos formados pelo acervo de áudio do Museu Histórico de Londrina, obtido na década de 1970, com depoimentos de pioneiros da colonização da região e em particular, do estabelecimento da cidade. O conteúdo dos referidos arquivos foi convertido de suporte, passando a um formato digitalizado. Isso garante uma maior liberdade de manejo, sem o risco de danificar ou perder o material original, cujo valor equivale, em importância, aos principais objetos históricos também presentes no museu. As mencionadas gravações contêm a voz de precursores, ao mesmo tempo personagens de uma saga colonizadora e testemunhas de um momento de extremo interesse para estudos em muitas áreas.

O contato com o material tem também um valor inestimável como expansão do conhecimento sociopolítico existente sobre o povoamento do Norte do Paraná, que envolveu a criação de dezenas de municípios. Ressalte-se que esta pesquisa não se volta a um direcionamento para abordagens e enfoques de estudos de memória: esse procedimento fugiria completamente ao escopo pretendido. O que se busca aqui analisar é como esses registros sonoros armazenam-se como documento, ou seja, áudios tornados arquivos. Pretende-se avaliar como a informação e o conhecimento armazenado podem passar a contar com acessibilidade melhorada,

com disponibilização de levantamentos sobre temáticas tanto as tradicionalmente associadas, quanto aquelas que ainda não tenham sido pensadas. Um resultado fundamental é no sentido de inspirar consulta permanente, além de evitar que tão precioso acervo seja subutilizado.

O acervo é composto por fitas cassete agora digitalizadas, o que permite aferir a aplicação de conceitos de indexação e acesso para consulta, inclusive da parte que ainda se encontrava sem divulgação. A transcrição, registro, organização, análise e edição do acervo de depoimentos desses pioneiros que chegaram a Londrina, na primeira fase da colonização da cidade, é uma tarefa de alta complexidade com exigência de contínua reavaliação do modo como documentos são armazenados e classificados, bem como das melhorias a introduzir no sistema de recuperação da informação.

### 1.1 PROBLEMA

A questão central da investigação é expressa pela seguinte pergunta: De que modo pode ser assegurado um sistema de organização documental para evitar que as informações contidas no acervo de arquivos de áudio sobre a história da colonização de Londrina corram o risco de serem subutilizadas no repositório do Museu Histórico de Londrina?

O pressuposto adotado é o de que, como unidade de informação, pela guarda que mantém e pelo abrigo que concede ao acervo de depoimentos de pioneiros que chegaram a Londrina, na primeira fase da colonização da cidade, o museu conta com documentos a serem tratados de um ponto de vista de organização e representação do conhecimento.

### 1.2 JUSTIFICATIVA

Atualmente, os estudos da informação são realizados com intenso vínculo nas tecnologias sempre velozmente aperfeiçoadas, nos aplicativos e nas mídias sob as mesmas condições e vasta abrangência: todas as áreas do conhecimento estão envolvidas. A interdisciplinaridade permite o trânsito por diversos temas, mas com o alerta de que sejam respeitados os rigores metodológicos do campo de conhecimento. Yassuda (2009, p.46) ressalta que independentemente de

seu tipo de perfil ou da característica dos usuários, o museu “faz parte do rol de instituições comumente denominadas unidades de informação.” Por esse motivo, tem responsabilidade social em relação à transmissão da informação produzida, e isso torna necessário o emprego de técnicas de organização da informação como apoio no tratamento e disseminação da informação em museus.

A opção pela transcrição dos áudios de entrevistas de pioneiros concedidas ao Museu Histórico de Londrina fazia parte do repositório e estaria fadada ao esquecimento, primeiramente por uma questão de suporte: estava gravada em fitas cassete e VHS. A reprodução tornou-se progressivamente impossível, tendo em vista a constante e rapidíssima alteração de tecnologia. Em 2019, no entanto, a diretoria digitalizou o material, e a pesquisa nos áudios ficou mais acessível. O material conta com áudios das décadas de 1970, 80 e 90. Para realização da pesquisa desta dissertação, decidiu-se efetuar recorte na década de 1970.

### 1.3 OBJETIVOS

Geral: Enunciar formas de recuperação e catalogação de material proveniente do acervo de áudio do repositório do Museu Histórico de Londrina, entendido em sua condição de documento em unidade de informação. São os seguintes os objetivos específicos:

- Identificar o modo como os documentos estão armazenados e classificados, bem como o potencial de melhorias que possam ser introduzidas no sistema de recuperação da informação.
- Descrever as formas de acesso à estruturação considerada necessária para consolidar o tratamento documental do mencionado acervo.
- Evidenciar as características que possam orientar a composição de um método de organização e recuperação, com potencial de permanente ajuste e crescimento.

### 1.4 ORGANIZAÇÃO

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos incluindo esta introdução. Partindo do entendimento de que um museu tem como uma das dimensões importantes de sua inserção social, o papel de atuar como unidade de

informação, no segundo capítulo são discutidas as concepções de documento, incluindo uma abordagem histórica. A finalidade é mostrar a evolução da prática documental e indicar o modo como a unidade museológica deve absorver essa maneira de pensar.

O terceiro capítulo apresenta o conceito de documento integrado na noção de análise de domínio conforme apresentada por Birger Hjørland e aqui adotada como fundamentação metodológica. São apresentadas as descrições referentes aos 11 domínios enunciados para análise documental e para situar a identificação das quatro dimensões mais aplicáveis ao tipo de questão levantada na problematização associada ao material pesquisado e à instituição a que se vincula.

O quarto capítulo descreve os dados levantados e projeta os encaminhamentos possíveis a partir da proposição escolhida neste estudo. As considerações finais estabelecem a inferência principal buscada e deixa indicados caminhos para desdobramentos da problematização e continuidade de pesquisas visando à formalização e implementação das soluções levantadas.



## 2 O CONCEITO DE DOCUMENTO

A noção de documento existe desde o momento em que o historiador conseguiu materializar qualquer objeto, como por exemplo, nos estudos sobre o período pré-histórico, objetos rudimentares como pedras, ossos ou mesmo fragmentos de madeira constituindo, de certo modo, algum tipo de documento. Da Antiguidade à Idade Média, Idade Moderna até os dias atuais, a noção de documento experimentou inúmeras e significativas transformações. No entanto, um dos maiores impactos ocorreu quando foi criada a prensa de Gutemberg, e a impressão por meio de tipos móveis revolucionou a impressão e originou o atual universo do documento.

Neste capítulo, o debate em torno do conceito de documento assume perspectivas dentro das Ciências Humanas em torno de três eixos: histórico, diplomático e de documentação, sendo este último relacionado à Ciência da Informação enquanto área de pesquisa nas perspectivas da biblioteconomia, arquivologia e museologia, entre outras. O “Tratado da Documentação”, do advogado belga Paul Otlet (1868–1944) é considerado referencial consolidado do assunto.

Do ponto de vista da Ciência da Informação, o conceito de documento é debatido, com profundidade, pelos estudos em Arquivologia, que tratam do termo como objeto de pesquisa de importância e relevância fundamental. Os conceitos de documento e informação se projetam nos estudos da “documentação arquivística”, com autores e história própria. Finalmente, os conceitos de documento agora atrelados ao universo digital ampliam o entendimento de “documento digital”, “arquivo digital”, entre outros termos, que são fundamentais para compreender e atuar dentro da amplitude do fenômeno.

O termo documento nasce oficialmente, enquanto objeto de estudo da Ciência da Informação, com a publicação do “Tratado da Documentação”, por Otlet, em 1934, livro no qual foi conceituado e tornou-se paradigma. No entanto, o conceito já fora estudado em outras duas perspectivas, sendo elas a historiográfica e a diplomática, as quais ao lado da documentação, formam as três vertentes de análise que se podem considerar amplamente consolidadas nos estudos sobre o tema nas Ciências Humanas. Com o desenvolvimento da tipografia, a existência física do documento foi assegurada e integrou o contexto da vida em sociedade, de modo ininterrupto.

O conceito de documento é central para estudos e pesquisas relacionadas a arquivos que compõem repositórios de bibliotecas, museus ou arquivos propriamente ditos, sejam públicos ou privados. O Tratado da Documentação, de Otlet define documento do ponto de vista eminentemente do objeto impresso como livros (leitura, consulta e documentação), industrial editorial (mercado livreiro), bibliotecas, enciclopédias, arquivos e documentação administrativa. Além disso, cria oficialmente a Repartição e Instituto Internacional de Bibliografia e Documentação e a Rede Universal de Informação e Documentação. A definição para documento é: “objeto de um ciclo de operações, que permitem a mais completa divisão do trabalho e a mais ampla utilização de seus resultados” (OTLET, 2018, p.6).

A função da documentação organizada é a possibilidade de oferecer informações documentadas sobre fatos e conhecimentos de todo tipo. Otlet (2018) enumera oito “objetos do ciclo de operações” na condição de componentes das definições de documento, sendo eles: “1° universais quanto ao seu objeto; 2° corretas e verdadeiras; 3° completas; 4° rápidas; 5° atualizadas; 6° fáceis de obter; 7° reunidas antecipadamente e preparadas para serem comunicadas; 8° colocadas à disposição do maior número possível.” As partes da documentação compreendem sete elementos que, no Tratado da Documentação, são “os documentos propriamente ditos”, “a biblioteca”, “a bibliografia”, “arquivo documentário (pastas, materiais da documentação)”, “o arquivo administrativo”, “o arquivo histórico”, “coleções museográficas” e “outros documentos, exceto os bibliográficos e gráficos”. (OTLET, 2018, p.6-7).

Nesta pesquisa, não serão utilizados todos os sete elementos enumerados pelo Tratado da Documentação, pois somente “arquivo documentário (pastas, materiais da documentação)”, “o arquivo histórico”, “coleções museográficas” e “outros documentos, exceto os bibliográficos e gráficos” identificam-se com o objeto em estudo.

Otlet (2018) complementa afirmando que, na sequência, ocorre a “multiplicação” e a “distribuição àqueles a quem se destina” daquilo que for documento, como panfletos, livros ou jornais. Posteriormente, são formadas coleções ou conjuntos nos quais o documento ganha especificidade e individualidade. Além disso, torna-se objeto de um trabalho complementar, que tende a julgá-lo e avaliá-lo, e a incorporar os novos conhecimentos que contiver. Chega o momento em que finalmente será usado. Com base nas definições, o acesso à informação falada ou

gravada constitui uma de diversas formas de documentos de outra origem, conceitualmente que é documentação.

A aplicação do conceito de documento deve considerar o importante aspecto contido no “Tratado da Documentação” que considera o “pensamento falado (fonógrafo, disco, discoteca) como outros documentos – exceto bibliográficos e gráficos - como músicas, transmissão e gravação de imagens em movimentos (cinema e filmes) e por último os registros audiográficos. (OTLET, 2018, p.5). Os autores ressaltam ainda o aspecto das “coleções museográficas” que são constituídas como amostras, espécimes, modelos e outros elementos associados à documentação apresentados na condição de objetos tridimensionais. “É a documentação objetiva, tratada como a da biblioteca e dos arquivos quanto à coleção, ao catálogo e à ordenação.” (OTLET, 2018, p.5).

Ao longo das décadas e do desenvolvimento da Ciência da Informação enquanto campo do conhecimento, o conceito de documento foi objeto de pesquisa de dezenas de pesquisadores e agregou novas definições, seja por influência da modernização dos meios de armazenagem e produção de documentos ou estudos sobre novas nuances do conceito em questão. A tese de doutorado “A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da informação”, do pesquisador Rodrigo Rabello, publicada em fevereiro de 2009, trata do conceito de documento a partir de três perspectivas: historiográfica, diplomática e da documentação. De forma abrangente, para Rabello (2009), o objeto é abordado do ponto de vista da diferença a respeito dos aspectos conceituais apontados como convergentes no ramo do Direito, para o qual “o documento se caracteriza pela forma escrita, pela representação de um ato ou fato e pela função probatória no âmbito de um processo” (RABELLO, 2009, p.14).

A perspectiva diplomática apregoa que o documento se constitui pela forma escrita, pelo conteúdo de natureza jurídico-administrativa e pelos requisitos formais de redação. A perspectiva designada documentação caracteriza-se pelo suporte onde é encontrada, pela forma como torna o conhecimento materializado e pelo fato de funcionar como testemunho e comprovação. Em artigo intitulado “A dimensão categórica do documento na ciência da informação”, publicado em “Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação”, Rabello (2011) recorre à perspectiva epistemológica para evidenciar a importância dos estudos de natureza histórico-conceitual como ferramentas responsáveis pelo

crescimento teórico das pesquisas em Ciência da Informação (CI). Nesse contexto, o conceito documento deve trazer consigo requisitos históricos para tornar-se objeto de estudos no escopo da história dos conceitos, método historiográfico idealizado por Reinhart Koselleck.

Rabello (2011, p.132) destaca ainda que o aspecto categórico (e também polissêmico) do documento não tem sido alvo de suficiente de atenção, neste caso específico, enquanto estudo histórico-conceitual, sob o argumento de que a sobrevalorização das discussões acerca da “inovação do suporte da informação” as sobrepõe àquelas que objetivam explicar a dimensão social do documento considerando tradição e inovação no campo teórico e filosófico. O autor afirma que a carência do cotejo, entre tradição e inovação, implica na dificuldade de compreensão da relação entre estas duas dimensões, para o processo de construção teórico-conceitual da CI.

Ampliando também o ângulo de análises, tendo como base a problemática levantada, o artigo objetiva fazer compreender em que medida disciplinas como História, Diplomática e Documentação contribuíram para a aceção do conceito de “documento” na CI, tendo em vista que as duas primeiras disciplinas reuniram esforços anteriores a esta última para a investigação do documento (RABELLO, 2011). O artigo afirma que essa situação remete ao objetivo específico de discutir a natureza e a abrangência do conceito de documento na CI, quando pensado a partir de uma perspectiva social e a partir da relação dinâmica entre tradição e inovação no seu quadro teórico-conceitual. Tais objetivos foram orientados pela hipótese central de que o documento é um sólido conceito que, por si só, se configura como uma categoria no quadro teórico da CI.

O primeiro aspecto considera características históricas e pode ser dividido em dois momentos. Rabello (2011) explica que a tradição no campo historiográfico será inaugurada a partir do positivismo, tendência alinhada ao “espírito positivo” do século XIX, que remete à noção de história e de ciência relativos ao âmbito do pensamento do filósofo francês Auguste Comte, que engloba a Filosofia da História. Em segundo lugar, diz o pesquisador, o foco é nos estudos a partir da disciplina de História Metódica - também conhecida como História Positivista – que tem como teórico referencial o alemão Leopold von Ranke, que se destaca pela concepção de documento derivada do referido “espírito”.

Conforme Rabello (2009), o projeto positivista aspirou a se diferenciar do racionalismo iluminista, que buscava a mudança do mundo mediante o conhecimento racional, distinguindo-se de maneira qualitativa uma vez que almejava defender a sociedade burguesa. O modelo de arquétipo de ciência, diz Rabello (2009), para Comte era as ciências naturais, principalmente a biologia, que buscava promover a libertação do homem de crenças religiosas e especulações metafísicas instaurando, em seu lugar, a objetividade das “ciências da observação” como componente da teoria social. (RABELLO, 2009, p.36)

É importante entender o movimento de Annales, denominado História Nova, que surgiu no intuito de se contrapor ao “paradigma tradicional” ou “História Positivista” responsável por uma “limitação” do entendimento de história por parte de seus seguidores (RABELLO, 2009, p.77). Os historiadores ligados ao movimento dos Annales buscaram enquadrar esse paradigma anterior como apenas uma das várias abordagens possíveis do passado. Portanto, o movimento não negou a “História Positivista”, mas questionou a sua hegemonia absoluta na época. (RABELLO, 2009).

No que diz respeito ao documento enquanto objeto de estudo na escola historiográfica, Annales estava no contexto de considerar objetos até rejeitados pelos pesquisadores e entre eles a leitura dos documentos nas “entrelinhas”, no intuito de evidenciar do documento o “socialmente invisível ou ouvir o inarticulado.” Com a ampliação do conceito de documento no âmago desse movimento, a secular crítica dos documentos atingiu um importante nível de sofisticação (RABELLO, 2009, p.84).

A História Nova surgia dentro de uma perspectiva alternativa ao expor as limitações do documento de arquivo, considerando que os registros oficiais expressam o ponto de vista oficial favorecendo, de certa forma, o poder a ele ligado. O objetivo seria então promover uma relação diferente entre o historiador e a fonte documental, tendo este que coletar maior variedade de evidências nos mais diversos suportes e formatos (RABELLO, 2009). A importância do movimento dos Annales para a documentação reside no entendimento de que os fundadores não consideram documento apenas a representação escrita de um fato, acontecimento, ou pensamento, mas sim o que está além do escrito, considerando como documento tudo aquilo que constitui toda forma de intervenção humana na natureza (RABELLO, 2009).

O que o homem diz ou escreve, o que fabrica, as coisas em que toca, aquilo que valoriza, informam a seu respeito. Documento também se projeta em sinônimos tais como testemunho, fonte, vestígio, traço. Deste modo, fica evidente que

inovação no âmbito dos estudos de crítica documental e a ampliação no repertório de fontes documentais - que mediante outros critérios eram desconsideradas - e a diversificação nas possibilidades metodológicas de investigação historiográfica que se tornou mais ampla em termos de estudos da cultura material por causa do movimento dos Annales. Rabello (2009) salienta que o movimento contribuiu para os estudos de crítica documental no universo da cultura material, mas, nem por isso, assumiu uma posição centralizadora de tais estudos.

Da perspectiva diplomática, o conceito de documento mantém o espírito positivista da origem histórica, e tem como premissa encontrar um sistema legal e de procedimentos documentais que remetem ao que se conhece como diploma, ou mesmo registros públicos como de imóveis ou empresas. Para Rabello (2009), a concepção tradicional de documento que deriva do âmbito da arquivística é o cerne da discussão do conceito diplomático junto com os aspectos legais. A origem do termo remonta à França, em 1821, com a criação da *École des Chartes* que tinha finalidade de consolidar os estudos históricos de documentos medievais. A diplomática tem origem na crítica documental, ocorrida em meados do século XVII, fundamental para desenvolver o “método diplomático” em sua diversidade de aplicabilidades instrumentais em diferentes disciplinas como a história, o direito e a arquivística. (RABELLO, 2009, p.103)

A *crítica documental* – que nasceu da necessidade de combater a falsificação de documentos – é a gênese da fase diplomática da documentação, simplesmente pelo motivo de nascer da premência de sistematização de procedimentos formais e rigorosos, acerca dos documentos que foram frutos de questionamentos em busca de maior rigor, conforme preconizava o cientificismo na época (RABELLO, 2009, p.106). Portanto, a disciplina teve origem nos estudos filológicos e teológicos a partir da necessidade da “sistematização metódica”, almejando alcançar certo “rigor científico” para o desenvolvimento da atividade de se distinguir documentos falsos de verdadeiros.

Desde a Idade Média, a *crítica documental* - no caso os questionamentos acerca da autenticidade de documentos – desperta interesse de estudos científicos, mas somente foi considerada oficialmente como tal após um conflito entre dois religiosos da Igreja Católica. O jesuíta Daniel Van Papenbroek e o monge Jean de Mabillon, no século XVII, protagonizaram uma troca de acusações que ficou conhecida como “Guerra Diplomática”, na qual Papenbroek publicou, em

1672, o documento denominado *Acta Sanctorum* com pretensões de descobrir e publicar o que era verdade ou mentira na vida de determinados santos (RABELLO, 2009, p.105). Outro fato importante protagonizado por Daniel Van Papenbroek, jesuíta do grupo de Bolland, foi declarar como falso um diploma assinado pelo rei Dagoberto I, fato que invalidou outros documentos.

Coube ao tradicional movimento beneditino, o papel de defender os interesses dos cânones da Igreja, patrimônio maior para os tradicionalistas da época. Diante do imbróglio, o monge Jean de Mabillon, que era profundo conhecedor da vida dos santos, publicou a obra *De re diplomatica libri VI* – dividida em seis capítulos - na qual desmentiu as críticas feitas por Van Papenbroek e esclareceu as regras fundamentais da crítica textual, outra marca registrada dos monges que havia sido maculada pelos jesuítas (RABELLO, 2009, p.105).

Segundo Rabello (2009), o século XX marcou uma nova etapa da história da Diplomática os documentos medievais deixavam de ter exclusividade enquanto objeto de análise e seus princípios e métodos passaram a ser empregados para o estudo dos documentos contemporâneos. Trata-se, na verdade, de uma reinvenção da Diplomática pela Arquivologia, com o objetivo de melhor compreender os processos de criação dos documentos da burocracia moderna (RONDINELLI, 2002, p.45).

Rabello (2009) citando Duranti, 1995, p.23), agrega que diploma (ou documento) passou a ter o significado de “escrito emitido por autoridade soberana” e logo se estendeu no sentido de abarcar qualquer documento emitido de forma solene. Enquanto linha de estudos, a Diplomática está inserida no cerne das chamadas Ciências Documentais e tem como característica um tipo documental específico que é o documento escrito gerado na área pública. Em outras palavras, o escrito nada mais é do que uma informação registrada e objetivada em um suporte, seguindo certas regras linguísticas e estruturais convencionadas pelo uso e pela demanda documental.

Por fim, o autor pontua, citando Nuñez-Contreras (1981) que os três elementos fundamentais que compõem o documento diplomático são o conteúdo escrito, a natureza estritamente jurídica (mesmo os documentos de natureza administrativa e histórica poderão apresentá-la se forem interpretados no contexto jurídico) e a forma de redação (que pode variar segundo sua época, lugar, pessoa ou entidade produtora e conteúdo).

O terceiro prisma de análise do conceito de documento é do ponto de vista da documentação e remonta à tradição anterior à publicação do “*Traité de Documentation*”, escrito por Paul Otlet, em 1934. Rabello (2009, p.173) destaca três aspectos do termo documentação proveniente desses estudos, sendo eles, “meio de prova histórica”, “profissão ensinada formalmente em escolas técnicas – demandando um saber técnico-intelectual especializado” e “disciplina acadêmica dedicada à criação de saberes que inspiram as práticas documentais.”

O conceito de bibliografia também faz parte das definições iniciais que nortearam os estudos sobre documentação com base em Paul Otlet. Segundo Rabello (2009), a documentação advém, enquanto disciplina, de estudos realizados do movimento bibliográfico que foram sistematizados, primeiramente, numa disciplina de nome “bibliografia”. Em escala histórica, em 1890, as primeiras questões que vigoraram no âmbito das discussões foram sobre o termo “bibliografia”. Em 1910, a primeira tentativa de definir “documentação” durante um colóquio apareceu junto com “bibliografia”. Finalmente, em 1930, o termo “bibliografia” cedeu lugar ao termo “documentação”. Rabello (2009) explica que a ideia de informação não está separada de documentação:

Na disciplina, a noção de conjuntos documentais traz consigo a ideia de que a informação não está separada do seu suporte, pois as condições nas quais o suporte é produzido, organizado e distribuído nos remetem a eminente capacidade informativa. O universo que envolve essas condições e as propriedades informativas dos documentos constituem os elementos que os caracterizam como objetos de estudos da documentação. (RABELLO, 2009, p.173).

Dentre as consequências, a abertura do espectro de estudos para além dos livros na condição de documento foi a principal contribuição de Paul Otlet. Seu entendimento do que era documentação extrapolava os tradicionais cânones teóricos como referencial apenas o conceito ligado ao livro. O documento, nesse contexto, assumiria a condição de categoria da Documentação. Contudo, além desta ressignificação do documento comparativamente à noção restrita de livro, a retomada na noção de biblos possibilitou que Otlet avançasse também comparativamente à noção de fonte documental da “História Positivista”, pois, o texto escrito não seria o único representante documental que estivesse munido de objetividade.



## 2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Estudos relativos ao conceito de documentação estão classificados em dois períodos distintos na época que surgiram as primeiras discussões no âmbito da Ciência da Informação. O artigo “Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil” (não entendi o apontamento), da doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo, Cristina Ortega, publicado na revista *Perspectivas em Ciência da Informação*, aborda as fases mais importantes da documentação dentro da Ciência da Informação (ORTEGA, 2009, p.29).

No tópico “consolidação da documentação”, a autora menciona a obra de base da bibliotecária francesa Suzanne Briet, que em seu ensaio “*Qu'est-ce que la documentation?*”, publicado em 1951, contribuiu para que se ampliasse mais o conceito. O entendimento desta vertente de análise é de que dentro da concepção qualitativa, nenhum documento é propriamente objetivo e depende de um processo que lhe atribuiria tal valor, chamado de “processo de objetivação”, que Rabello (2009) assim detalha:

Nesse sentido, o objeto é interpretado durante um processo valorativo ao longo do qual se atribuem significados e sentidos, sob a influência dos aspectos subjetivos “condicionados” pelo contexto social e cultural com os quais necessariamente se relacionam. Considerando essa especificidade, o documento seria o fruto de uma ação interpretativa (subjetiva, portanto) de um sujeito que vive em sociedade, e portanto, recebe influência (passivamente) e influencia (dativamente), a um só tempo. (RABELLO, 2009, p.189).

O conceito de documento deve ser abordado do ponto de vista da arquivística tendo em vista a origem do objeto desta pesquisa, no caso composta pelo repositório de arquivos de áudio do Museu Histórico de Londrina, mais precisamente datados da década de 1970. Conforme conceitos da vertente otletiana, o material pode ser classificado como documento dentro das suas abrangentes definições. Mas também é necessário abordar do ponto de vista arquivístico por causa da natureza do objeto.

Na tese “O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária”, da pesquisadora Rosely Curi Rondinelli, publicada em 2011, em Niterói, os conceitos de informação e documentação são analisados de forma comparativa e dentro de pesquisas e autores da Ciência da Informação. Segundo Rondinelli (2011), é necessário profundo conhecimento dos

conceitos para conseguir discorrer sobre o assunto sem confundir os significados de cada um, no caso informação e documento. Outra nuance é a documentação arquivística, que possui autores e história própria e se confunde com os estudos da documentação em determinados momentos históricos.

O conceito de documento, segundo Rondinelli (2011, p.27), pode ser definido a partir do registro do pensamento humano “por meio de sinais gráficos em diferentes formas (textos avulsos, livros, fotografias, esculturas, discos), tipos de suporte (pedra, tecido, papel), num processo dinâmico de comunicação”. Para a autora, esses registros embora sejam claramente entendidos como documentos, e mais recentemente até como informação, é necessário buscar novas interpretações destes significados principalmente no contexto das tecnologias digitais.

A abordagem filológica pode ser considerada importante para conceituar o termo com mais profundidade. Rondinelli (2011, p.28) explica que existem duas vertentes complementares, sendo elas a semântica e a etimológica, como caminhos para encontrar o conceito de documento. No primeiro caso, o foco do estudo está relacionado ao conteúdo do conceito e envolve as questões em torno das definições de documento, enquanto no segundo caso está relacionado a denominação do conceito, pois envolve estudos relacionados diretamente ao nome.

Do ponto de vista etimológico, a origem do “nome” documento está relacionada ao latim *documentum*, que tem “a mesma raiz de *docere*, ‘ensinar’, o que outorga ao documento o significado de ensino” O sufixo *mentum* possui o significado conferido por “meios, que aliado a definição da raiz de mesma origem, resulta em “um meio de ensinar ou informar, seja uma lição, uma experiência ou um texto”. (RONDINELLI, 2011, p.28). Os estudos da vertente relacionada à origem da palavra chamam atenção pela novidade da informação e pelo muito que representa para a Arquivologia, na condição de área do conhecimento que entende o documento arquivístico como no caso do registro de atividades ou mesmo fonte de prova ou então testemunho de ação. (RONDINELLI, 2011, p.58).

No que diz respeito à vertente semântica, a tese discorre sobre a possibilidade da linguagem ordinária, que é aquela mesma que a linguagem usual, cotidiana, ser detentora da primeira palavra quando confrontada com o significado etimológico de documento. O significado da palavra informação na linguagem do cotidiano está diretamente ligado ao de notícia, acontecimento, fazer saber a respeito de algum assunto, ou tomar conhecimento.

Para Rondinelli (2011), os estudos de Rafael Capurro e Birger Hjørland corroboram a teoria de que o uso de uma palavra está intrinsecamente relacionado a relação entre sua origem e significado com papel decisivo neste binômio. Para esses autores, os estudos históricos de determinada palavra - também conhecidos como etimologia - não têm relação com seu significado – embora sugiram à primeira vista – que pode ser a base de sua formação ou uso. Esclarece que ambos apontam dois contextos básicos nos quais o termo informação é usado: o ato de moldar a mente e o ato de comunicar conhecimento. Adverte que embora admitam “a óbvia íntima relação entre esses dois atos, desejam saber quando e como as palavras informação e moldagem se juntaram” (RONDINELLI, 2011, p.58)

O principal referencial teórico para o conceito de “documento arquivístico” é o Manual dos Arquivistas Holandeses, clássico do século XIX, publicado em 1898, considerado divisor de águas na trajetória do campo de estudos da Arquivologia na condição de área do conhecimento autônoma. Segundo Rondinelli (2011), é fundamental recorrer a este consagrado manual para buscar referências a respeito do conceito de documento arquivístico. Conforme o Manual, define-se como arquivo “o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso” que foram “recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários” considerando-se de suma importância que “na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário”. (RONDINELLI, 2011, p.142).

O documento elaborado pelos holandeses aborda três pontos cruciais para a definição do termo arquivo. O primeiro deles é o chamado “conjunto” e faz referência à aceção dos arquivos como “conjunto de documentos”, considerando, de acordo com Rondinelli (2011, p.143), por essa aceção, o que os autores expressam enquanto “ideia de organicidade”. O texto reitera a visão da associação de arquivo como um todo orgânico, um organismo vivo que cresce, se forma e sofre transformações.

Por essa ressalva entendemos que assim como a Associação apresentou seu conceito a partir de um termo que expressa claramente a ideia de conjunto, isto é, “arquivo”, também poderia tê-lo feito com base em uma só unidade desse conjunto, ou seja, o “documento arquivístico”. Um outro aspecto é que a observação dos holandeses pode iluminar arquivistas responsáveis por arquivos privados pessoais quanto ao dilema de se considerar ou não um acervo como arquivístico em razão do pouco volume documental. (RONDINELLI, 2011, p. 144).

O segundo ponto abordado é o chamado “documentos escritos, desenhos e matéria impressa”, que no Manual Holandês está no segundo tópico abordado, e refere-se às formas com as quais podem ser apresentar os diversos tipos de documentos arquivísticos. Observa-se que essas formas são especificadas no conceito apresentado o que, conseqüentemente, as restringe àquelas existentes à época da publicação da obra em questão. Em 1940, a edição do Manual impressa nos Estados Unidos derrubou a restrição considerando fotografias e outras formas documentais escritas naquele ano.

O terceiro aspecto do Manual dos Arquivistas Holandeses intitulado “Recebidos por um órgão administrativo e Produzidos por um órgão administrativo” que equivale ao quarto e quinto capítulos do documento. De acordo com Rondinelli (2011), o comentário recai sobre o fato de ambos os itens reforçarem a percepção jurídica sobre a natureza dos arquivos, uma vez que tais documentos se originam apenas de atividades desenvolvidas por instituições (consideram apenas pessoas jurídicas). Tais regras, conforme a autora, são aplicáveis a arquivos governamentais e estabelecidos por associações, fundações e companhias (desconsiderar arquivos privados de famílias e pessoas), destacando-se que os autores do Manual foram, repetidamente, responsabilizados por essa falha conceitual.

A questão da natureza do documento arquivístico será retomada constantemente durante a pesquisa uma vez que a origem do documento em áudio (analógico) que foi digitalizado (digital) será de suma importância para a análise. Segundo Rondinelli (2011), abordar a natureza dos arquivos significa falar de como se formam ou se originam independentemente de onde provém cada um.

Observamos que ao abordar o caso dos livros anexados aos documentos que entram numa instituição, a Associação dos Arquivistas Holandeses (...) não hesita em considerá-los como complemento do documento escrito e, logo, como arquivísticos. Entretanto, chama a atenção para a conveniência de [...] em eventualidade semelhante, sacrificar a teoria à prática e enviá-los para a biblioteca a qual consideram [...] seu repositório natural [...] (RONDINELLI, 2011, p.142).

O advento da Internet promoveu uma inquestionável e constante mudança nas relações do homem com o trabalho, acesso à informação, armazenamento e comunicação que ocorre atualmente em tempo real e por meio de computadores móveis, como os smartphones. Com o armazenamento e manuseio de dados ocorreu o mesmo, e a legislação que atualmente regula e recomenda as

melhores regras para arquivamento de dados na forma digital (ou sua conversão do analógico para a mídia digital) é do Conselho Nacional de Arquivos.

## 2.2 ARQUIVOS E DOCUMENTOS DIGITAIS

Desde 2014, por meio da Resolução N° 39, o Conarq estabeleceu diretrizes para implementação de “repositórios digitais confiáveis para transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar)”. A lei normatiza a produção de documentos arquivísticos no formato digital e lança questionamentos acerca dos desafios das organizações que produzem documentos e as que preservam para solucionar o acesso e armazenamento a longo prazo. Diz a resolução que os documentos digitais apresentam pontos negativos que podem passar despercebidos por leigos como ameaças decorrentes da fragilidade inerente aos objetos digitais e da facilidade de adulteração e rápida obsolescência tecnológica por causa da velocidade de novos formatos lançados diariamente na internet.

O sistema de gerenciamento dos documentos arquivísticos digitais (fase corrente e intermediária) está previsto na resolução do Conarq, de 2014, como um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (Sigad) que deve garantir três características fundamentais deste documento: controle do ciclo de vida, o cumprimento da destinação prevista e a manutenção da autenticidade e da relação orgânica. Diz a determinação do Conarq que existe um plano de preservação digital (a médio e longo prazos) para garantir acesso e autenticidade que sofre alteração na cadeia de custódia quando a guarda passa dos produtores para os responsáveis por preservar os arquivos e documentos.

Os documentos digitais em fase permanente são dependentes de um bom sistema informatizado que apoie o tratamento técnico adequado, incluindo arranjo, descrição e acesso, de forma a assegurar a manutenção da autenticidade e da relação orgânica desses documentos. A preservação dos documentos arquivísticos digitais, nas fases corrente, intermediária e permanente, deve estar associada a um repositório digital confiável. Os arquivos devem dispor de repositórios digitais confiáveis para a gestão, a preservação e o acesso de documentos digitais. (CONARQ, 2014, p.4).

Em âmbito internacional, os requisitos mais importantes para orientar a modelagem e implementação de repositórios digitais é atribuir credibilidade e confiabilidade ao repositório em questão, o digital. Alerta o Conarq que a implantação

do repositório digital confiável é fundamental para assegurar a preservação, o acesso e a autenticidade de longo prazo dos materiais digitais. No que diz respeito à legislação, a norma mais importante da área é o Open Archival Information System – Oais, um modelo conceitual desenvolvido pelo Consultive Committee for Space Data Systems – CCSDS, que resultou na norma ISO 14721:2003. O modelo do Oais é responsável por descrever as funções do repositório digital e os metadados necessários para a preservação e o acesso dos materiais digitais gerenciados pelo repositório, partes constituintes de um modelo funcional e um modelo de informação.

A resolução do Conarq traz definições que serão fundamentais para descrever os áudios do Museu Histórico de Londrina, datados da década de 1970. Na condição de arquivos digitais, desde 2018, quando passou por um processo de mudança de formato de arquivos como forma de melhorar a conservação e acesso ao conteúdo das entrevistas de pioneiros de Londrina. O principal repositório digital é um ambiente de armazenamento e gerenciamento de materiais digitais conforme preconiza o Conselho Nacional de Arquivologia. Para o órgão, tal ambiente constitui-se de uma solução informatizada em que os materiais são capturados, armazenados, preservados e acessados dentro do contexto de um sistema complexo que apoia o gerenciamento dos materiais digitais, pelo tempo necessário, sendo ainda formado por elementos de hardware, software e metadados, e de forma complementar por infraestrutura organizacional e procedimentos normativos e técnicos.

A definição da resolução tem sido empregada em situações como arquivo corrente e intermediário (em associação com um Sigad), arquivo permanente, biblioteca digital, acervo de obras de arte digitais, depósito legal de material digital e curadoria de dados digitais de pesquisa. É importante destacar que o Conarq não resume um “repositório digital” a uma solução informatizada para armazenamento (storage), sendo este considerada apenas “um componente do repositório”.

Outro conceito importante da resolução é o de repositório arquivístico digital, que significa um repositório digital que armazena e gerencia esses documentos, seja nas fases corrente, intermediária e permanente. Dentre as funções do repositório arquivístico digital é de gerenciar os documentos conforme práticas arquivísticas, mais especificamente ligadas à gestão documental, descrição arquivística multinível e preservação e, além disso, proteger as características do documento arquivístico como autenticidade (identidade e integridade) e a relação orgânica entre os documentos.

A partir do momento em que passa do estado analógico para o digital, o documento assume o segundo formato e traz consigo novas definições e reflexões teóricas. Com intuito de discutir o termo “documento digital”, o artigo “Mutações no conceito de documento: era digital e processo de redocumentarização”, do pesquisador Hércules Pimenta Santos, publicado na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, em 2018, reflete a partir das conceituações históricas, em uma proposta multidisciplinar, discorrendo sobre transformações que acompanham a entidade documento no meio digital, considerando que houve alterações definitivas na sua lógica que afetam a sua acepção tradicional

Santos (2018) apresenta perspectivas com enfoques histórico, legal, econômico, semiótico, técnico e social e ressalta que a tecnologia da informação e, especificamente, a Internet levaram à emergência de novas formas documentais, como o documento multimidiático, o hipertexto e o hiperdocumento, eletrônico ou digital. Outro aspecto que sofreu forte impacto, segundo o artigo, é a manifestação de um campo sem contornos de pesquisa claros e delimitados, tendo como objeto principal a transformação da natureza dos documentos por causa do contato com as novas tecnologias. Santos conceitua sobre documento e seu significado diante da digitalização dos dados:

O conceito de documento do final do século XX aos dias de hoje vem sendo constantemente abalado, e com ele seus valores e suas práticas. Diante disso, a entidade Documento parece poder ser considerada agora como uma instância, por não mais aparecer em situação tão confortável, como quando o texto e o papel eram praticamente sinônimos. Trata-se de uma estabilidade que se verificava no início do século passado, quando da sistematização dos processos de documentarização. As mudanças estruturais no processo informacional, causadas pela digitalização do conhecimento e pela comunicação eletrônica, trouxeram impactos definitivos na configuração dos documentos, inclusive em sua estrutura lógica de funcionamento. (SANTOS, 2018, p.68).

Santos (2018) explica que o documento digital desencadeou uma discussão teórica que envolve o que se chama de processo de redocumentarização que é considerado como uma “imposição” do universo digital, versando sobre “tratar novamente um documento ou uma coleção de documentos rearticulando os conteúdos segundo o uso ou a interpretação do usuário” (ARNAUD & MERZEAU apud SANTOS, 2018, p. 70). O seu ciclo passa por uma série de procedimentos, objetivando transpor o documento tradicional para o meio digital (SALAÜN apud SANTOS, 2018).

A divisão do ciclo da documentarização em quatro idades serve como parâmetro e a redocumentarização é a passagem da terceira para a quarta fase da vida do documento. A ideia de redocumentarizar surge a partir de uma necessidade plural e de redimensionar as práticas documentais com o advento das tecnologias digitais no final do século XX e início do século XXI. “Naquele momento, observa-se uma mudança na perspectiva do modo de se encarar o documento, influenciada pela explosão digital e a necessária caminhada da documentarização para uma redocumentarização” (SANTOS, 2018, p.70). O autor cita Michel (2000) para acentuar que o documento digital apresenta como vantagens a facilidade de armazenamento, localização e recuperação, além da flexibilidade do seu formato; a disponibilidade instantânea à distância. Além disso, “a possibilidade de relacionar-se com outros documentos como um hiperdocumento, se aproximando de uma complementariedade hipertextual” (SANTOS, 2018, p.70).

O artigo “Documento digital e preservação digital: algumas considerações conceituais”, do pesquisador Ernesto Carlos Bodê, publicado na Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, em 2016, trata do documento digital da perspectiva do registro audiofônico na qual a evolução tecnológica conduziu o formato para o suporte documental sem estar necessariamente ligado registrado para que seja, necessariamente considerado original e ter a autenticidade comprovada. Bodê (2016) explica que documentos digitais que contêm registro de voz representam a relação simbiótica entre conteúdo e suporte, embora seja independente. O artigo considera que em qualquer dispositivo ou suporte documental no qual um arquivo sonoro produzido possa ser gravado e reproduzido, justifica como autêntica a gravação, considerando a ausência comprovada de modificação intencional no conteúdo gravado. (BODÊ, 2016, p.507)

A definição operacional de “documento digital” é outra discussão que envolve desde o conceito do arquivo digital no sentido material, como no caso das sequências de códigos binários, devidamente registrados em algum tipo de tecnologia de memória e organizados de acordo com determinado formato de arquivo computacional e mensurado através da quantidade de bytes total desse arquivo. (BODÊ, 2016, p. 511). A maneira como os dados se manifestam de acordo com cada mídia, como as fotografias, vídeos ou áudios, partem de uma similar base de compreensão de dados que é definido de forma operacional como documento digital. Sobre o termo, Bodê (2016) afirma:



Um documento digital é o equivalente a uma sequência de códigos binários registrados em algum tipo de tecnologia de memória. Organizados de acordo com determinado formato de arquivo computacional e mensurado através da quantidade de bytes total desse arquivo. Dependendo do tipo de conteúdo, haverá outras características específicas como a representação de cores, som ou texto. A interpretação desses códigos para humanos ocorrerá através de sistemas computacionais de software e hardware. (BODÊ, 2016, p. 511)

Publicado em 2019, o artigo científico “Desmaterializando o documento: contribuições da diplomática para a curadoria digital de documentos arquivísticos digitais”, escrito pelas pesquisadoras Faysa de Maria Oliveira e Silva e Sandra de Albuquerque Siebra, para a revista Archeion Online defende que a nova configuração do documento expressa preocupação além dos aspectos diplomáticos do documento de arquivo. As autoras entendem a curadoria digital – atividade ligada ao documento digital – como necessária à gestão, preservação e acesso contínuo aos mesmos mediante atividades que envolvem gerenciamento de dados. Siebra e Silva (2019) afirmam que

a confiabilidade, integridade, autenticidade, proveniência, fidedignidade, originalidade e organicidade do documento arquivístico digital devem ser adotados como aspectos norteadores da curadoria digital de documentos arquivísticos. Por isso, atenção especial deve ser oferecida a esses aspectos durante todo o processo curatorial do documento, seja ele um documento analógico ou digital (SIEBRA; SILVA, 2019, p. 24).

As pesquisadoras utilizam, para definir “documento”, o verbete do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (CONARQ, 2005, p.73) que conceitua o termo como “uma unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”. Siebra e Silva (2019) discorrem sobre a possibilidade de independentemente de qual a forma como o documento se apresenta, interessa de sobremaneira, ao arquivista, informação registrada, sendo fonte essencial para informação legível e acessível pelos usuários.

Heloísa Liberalli Belotto, na publicação “Arquivística: objetos, princípios e rumos”, editada pela Associação de Arquivistas de São Paulo, em 2002, amplia o domínio do conceito de “documento” ao chamar “documento arquivístico”, aquele que “nasce por razões administrativas, jurídicas, funcionais, que tem seu uso inicial ligado a essas razões”. De maneira complementar, reconhecida a importância da permanência de tal documento, por meio do processo de avaliação, o mesmo deverá ser recolhido ao arquivo histórico (BELLOTTO, 2002). Considerando, então, tais

elementos, é possível constatar que “documento de arquivo” possui características que conferem mais especificidade, e o torna diferente dos demais documentos.

Siebra e Silva (2019) destacam que existem duas denominações para o documento no contexto da arquivística que consideram o parâmetro de terem sido produzidos por meio do uso de computador: são eles os “documentos digitais” e “documentos eletrônicos”. As autoras afirmam que a distinção entre ambos não é “clara” considerando que no primeiro caso, entende-se por “documentos digitais” aqueles que são codificados em dígitos binários e acessíveis por meio de sistema computacional. No segundo caso, “documento eletrônico” é conceituado como “documentos em meio eletrônico ou somente acessível por equipamentos eletrônicos, como cartões perfurados, disquetes, englobando os documentos digitais” (CONARQ, 2005, p.75).

A noção do conceito de “redocumentarização” nasce com o conceito de “documento digital” considerando que a existência do objeto em outra esfera que migrou da física (arquivos e bibliotecas) para a internet, conhecida como a rede mundial de computadores, que promoveu a transformação nos formatos de documentos. No artigo “A noção de documento digital: uma abordagem terminológica”, publicado pela pesquisadora Jéssica Câmara Siqueira, na revista científica “Em Questão”, Siqueira (2012) explica a diferença entre a “documentação” e a “redocumentarização” do ponto de vista da exploração das práticas documentais.

Enquanto a Documentação está atrelada à explosão documental, no fim do século XIX, e o posterior desenvolvimento, no século XX, de técnicas e disciplinas para gestão e recuperação desses documentos, a ideia de Redocumentarização desenvolve-se a partir de uma necessidade de expressão plural e o redimensionamento das práticas documentais a partir do surgimento das tecnologias digitais (SIQUEIRA, 2012, p. 130).

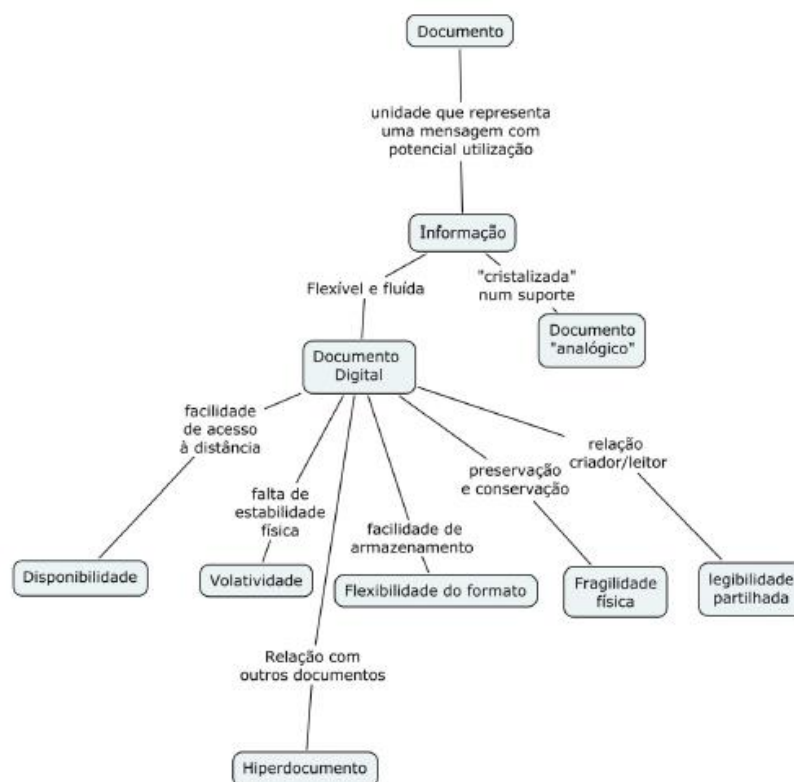
Conforme Siqueira (2012, p.130), o simples ato de redocumentarizar traz no seu bojo o mesmo objetivo que documentarizar, estabelecendo-se como única diferença a possibilidade de rearticular conteúdos de forma mais dinâmica, principalmente com o auxílio da tecnologia digital. Desta forma, o artigo considera que, o contexto digital torna-se oportunidade para o desenvolvimento da redocumentarização, sendo possível desde a simples transposição de um suporte fixo para o digital - concedendo-lhe maior plasticidade -, como na “dinamicidade e flexibilidade dos documentos” que nasceram de maneira nativa nos universos digitais.

A redocumentarização é o pilar da discussão sobre a compreensão atual de documento digital que deslocam a questão do suporte do documento, antes considerada uma questão-chave de sua natureza, para a questão da estrutura manifestada numa relação contígua de forma e conteúdo (SIQUEIRA, 2012, p.135). A relação entre informação e documento, por causa da proximidade intrínseca dos termos, ressalta a importância documental no seio de um sistema de informação, pois a informação está cada vez mais flexível e fluída, o que exige que a materialidade do documento não se cristalice em um suporte apenas.

Com isso, no âmbito digital, temos o documento podendo se “materializar” em diferentes meios, com destaque para o meio digital. Nesse ponto, autora lembra que o qualificativo “digital” muitas vezes é considerado como um estatuto científico, ou uma noção distinta do documento “tradicional”. Na verdade, ela destaca que mesmo o meio digital permitindo uma modificação dos “contornos” do documento, não podemos nos esquecer de que o fato de estar no meio digital é um estado transitório de seu ciclo de vida e não um caráter definitivo. (SIQUEIRA, 2012, p.135)

Siqueira (2012, p.135) conclui a estruturação do conceito de “redocumentarização” elaborando um mapa da evolução do conceito (figura 1), que sintetiza a noção de documento digital por meio de mapa conceitual, sendo no entanto, necessária a inclusão do termo documento para construção de conceitos, considerando que em amplo debate conceitual, a noção de “documento digital” é considerada apenas uma modalidade do conceito documento.

**Figura 1** – Mapa de evolução do conceito de documento



**Fonte:** Siqueira (2012)

De acordo com Siqueira (2012), fica portanto evidente que a noção de documento está atrelada à de informação e que independentemente da modalidade documental ou do meio em que o documento se manifesta, a função precípua do documento é a mesma, a de representar uma mensagem que tenha potencial utilização, a informação. Concluindo, o documento digital é um tipo de manifestação do documento no papel de “vetor de expressão de sentido”.

### 2.3 MUSEU COMO UNIDADE DE INFORMAÇÃO

As novas tecnologias, em seu exponencial e veloz desenvolvimento, sustentaram a explosão da informação originada desde a metade do século passado, e esse fenômeno trouxe novas concepções para as unidades de informação. Santa Anna (2017, p.89) explica que embora essas unidades nos dias de hoje tenham a elas atrelada a função cultural “sua função primordial passou a ser a disseminação dos registros documentários produzidos, fruto da atividade intelectual, artística e

administrativa da nação em que estão vinculadas.” As unidades de informação devem ser vistas em novas formas de interação e socialização:

Os estudos das unidades culturais integram dados econômicos que explicam a evolução da era industrial para uma sociedade que se baseia em informação. Não são apenas instituições regulamentadas pelo Estado, como no passado, mas formadas por atores sociais. Não são entidades identificadas apenas por rótulos (museus e bibliotecas), mas como possuidoras de normas legais, com profissionais qualificados para exercerem as suas funções (CALDAS, 2011, p.60).

Bibliotecas, museus e arquivos devem desfrutar de uma abrangência que considere o fato de que devem buscar atuar de modo a permitir, na sociedade, o fluxo contínuo da cultura. “Percebeu-se que a realidade ainda carece de esforços haja vista aproveitar as potencialidades dessas instituições quanto à preservação e disseminação da memória cultural” (SANTA ANNA, 2017, p.94). O autor também ressalta a necessidade de participação da sociedade e do poder público no sentido de gerir esses espaços, porque assim garantirá o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural.

As discussões oriundas da literatura demonstram o quanto os profissionais da informação podem contribuir ao atuarem em prol da cultura potencializando sua função social, ao intervirem como agentes culturais e viabilizando a geração, disseminação e redefinição das tendências culturais na sociedade. Essa atuação do profissional, provavelmente, rompe o elitismo que esteve por muitas vezes presentes nas unidades de informação, fato esse que viabiliza a liberdade individual e consolida uma sociedade mais humana, justa, igualitária e inclusiva. (SANTA ANNA, 2017, p .94)

Para Yassuda (2009, p.15), “quando visto pela Ciência da Informação, o museu é uma unidade de informação que trabalha com a organização, o tratamento, o armazenamento, a recuperação e a disseminação da informação produzida a partir de suas coleções.” Por essa razão, cabe desenvolver um sistema documental em “conformidade com os princípios da Teoria da Documentação, utilizando as linguagens documentárias que irão proporcionar a maximização na recuperação e acesso à informação (YASSUDA, 2009, p.16). A autora adverte para o fato de que museus que não se considerem unidades de informação não poderão desenvolver eficientes sistemas de informação, ficando confinados unicamente ao rol das atividades tradicionalmente reconhecidas como típicas de seu papel. Acabará ocorrendo uma indesejável lacuna.

A questão da documentação em museus, tema que desperta certas inquietudes no âmbito da Ciência da Informação, não se enquadra em sistemas codificados como se dá na documentação em bibliotecas e arquivos. A diversidade do acervo do museu requer uma amplitude maior dos campos de descrição, de maneira a atender a todas as demandas informacionais dos itens da coleção. Nos museus, cada peça do acervo é tratada unitariamente, mesmo que faça parte de uma coleção específica. Além disso, características peculiares à instituição museológica, como o perfil do museu (Histórico, Arqueológico, História Natural, Pedagógico, Antropológico, Artes, etc.) privilegia um tipo específico de informação, onde as leituras serão diferentes, assim como os valores que permeiam essas leituras (YASSUDA, 2009, p.16).

As tarefas de um museu englobam coleta, armazenamento, tratamento, organização, disseminação e recuperação da informação. “Considerando os documentos como registros da atividade humana, a documentação serve como instrumento de comunicação e preservação da informação no âmbito da memória social e da pesquisa científica” (YASSUDA, 2009, p.22). Pelo fato de ser uma unidade de informação, o museu tem diante de si a responsabilidade de gerar meios de disseminação da informação e para isso gerir sistemas eficientes, com tratamento específico para que um fluxo informacional contribua para a geração de conhecimento.

Dessa forma, é fundamental que ambientes informacionais se preocupem com a construção e uso de linguagens documentárias para a construção de sistemas de informação eficazes e eficientes. Para que isso seja possível, o item documentário deve passar por um processo de análise, a fim de que sejam extraídas as informações pertinentes e relevantes. Por meio da análise documentária, as informações contidas nos documentos serão extraídas, tratadas, organizadas e representadas, visando à recuperação (YASSUDA, 2009, p.41).

O Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss foi fundado há 50 anos nos porões do Colégio Estadual Hugo Simas, localizado na rua Prefeito Hugo Cabral, na região central. Foi em 1970, por iniciativa de estudantes e professores do curso de História. Na época, as aulas ainda eram ministradas neste endereço que concentrava as faculdades que viriam a se unir e formar a atual Universidade Estadual de Londrina (UEL). Em 1974, passou a compor o órgão suplementar da universidade como suporte para pesquisas científicas - função que exerce até a atualidade. Após 12 anos, seu acervo foi transferido para a antiga estação ferroviária da cidade, que fica na avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, também conhecida como Leste – Oeste. O atual endereço é considerado histórico, porque foi edificado no período em que Londrina era desbravada, e abriga objetos, fotografias, filmagens, áudios, móveis

e pertences das mais diversas naturezas, de famílias pioneiras, que chegaram depois de 21 de agosto de 1929, quando a caravana da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) oficializou a colonização do Norte do Estado.

O comandante da comitiva da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi o inglês George Craig Smith que estava acompanhado de outros 12 profissionais entre agrimensores e engenheiros. Antes, em 1924, outro inglês chamado Lord Lovat já havia passado pelas redondezas, estudando a viabilidade do negócio. Colonizar o trecho de Mata Atlântica que ficava abaixo da região de Ourinhos era o objetivo e principal “filão” com pequenas cidades como Jataizinho, onde dizem que D. Pedro II passou uma noite quando excursionava pelas matas do Brasil.

O atual endereço é considerado histórico, porque foi edificado no período em que Londrina era desbravada, e abriga objetos, fotografias, filmagens, áudios, móveis e pertences das mais diversas naturezas, de famílias pioneiras, que chegaram depois de 21 de agosto de 1929, quando a caravana da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) oficializou a colonização do Norte do Estado.

O artigo “A história de sorte de Londrina com a fotografia”, do pesquisador Paulo César Boni, publicado na Revista Brasileira de História da Mídia, em setembro de 2013, narra parte da chegada dos pioneiros que concederam as entrevistas para o Museu Histórico que são o objeto deste trabalho. Segundo Boni (2013), uma comissão de investidores do Reino Unido que ficou conhecida como Missão Montagu e visitou o Brasil em busca de oportunidades de investimentos. O maior interesse era encontrar locais com potencial para o plantio de algodão, matéria prima essencial para movimentar a emergente indústria inglesa, neste momento trabalhando a todo vapor por conta da Revolução Industrial.

Um de seus integrantes, Lord Lovat, visitou o norte do Paraná (região hoje denominada como Norte Pioneiro) a convite de fazendeiros cafeicultores que estavam, por conta própria, construindo uma estrada de ferro entre Ourinhos (SP) e Cambará (PR), para garantir o escoamento da safra até o porto de Santos (SP). O escoamento da safra até o porto de Santos (SP). Lovat ficou impressionado com o potencial produtivo da região e começou a costurar um projeto que despertasse o interesse de investidores britânicos na região. Seu projeto seria comprar uma larga extensão de terras na inóspita região norte do Paraná para plantar algodão e lotear a área para a venda de terrenos. Para viabilizar e explorar esse empreendimento, foi criada em 1925, em Londres, a Paraná Plantation Ltda (BONI, 2013, p.127).

O autor relata que foi entre 1925 e 1927 que a CTNP comprou 515.000 alqueires paulistas de terras que deu início ao projeto de colonização daquela região localizada entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, cuja maior parte eram considerados terras devolutas por estarem desocupadas e desabitadas. Segundo o autor, a região foi adquirida diretamente do governo do estado do Paraná, a preços relativamente baixos. Após fechar o negócio, em 1929, o projeto de colonização da região norte do estado do Paraná foi colocado em prática. Trecho do artigo descreve com detalhes a primeira caravana:

A primeira providência foi enviar para localidade uma caravana, mais tarde historicamente denominada de “caravana dos desbravadores”, responsável por demarcar as terras e começar a construir a infraestrutura necessária para que o local pudesse receber seus primeiros compradores de terras. A caravana era chefiada por George Craig Smith, brasileiro, filho de ingleses, à época com apenas 20 anos de idade, e trazia um engenheiro agrimensor, o russo Alexandre Razgulaeff, e um auxiliar de agrimensura, Spartaco Principe Bambi, brasileiro, filho de imigrantes italianos. A presença dos profissionais da agrimensura era imprescindível, pois era preciso dar início ao demorado e exaustivo trabalho de demarcar as terras adquiridas. Também compunham a caravana dois mateiros, Alberto Loureiro e Joaquim Barbosa, empreiteiros responsáveis pelo início da derrubada da mata e pelo início do preparo da terra o cultivo de lavouras. Por fim, um cozinheiro, Erwin Fröhlich, e um auxiliar de serviços, Geraldo Pereira Maia (BONI, 2013, p. 128).

Em consequência do “pontapé inicial”, Boni (2013) cita ainda que a chegada de mais trabalhadores contratados obrigou a criação de infraestrutura básica para receber interessados em comprar terras na região. Com isso, a abertura da estrada de transporte rodoviário entre Jataizinho e Londrina que teria cerca de 20 quilômetros de extensão iria possibilitar a chegada outros investidores e construir um hotel, para hospedar e alimentar os clientes e seus próprios funcionários, escritório para gerir o empreendimento e realizar as transações imobiliárias.

Em um segundo momento, já com a venda de lotes em andamento, tanto no núcleo urbano quanto na zona rural, foi preciso dar prosseguimento às obras de infraestrutura e, principalmente, dotar o núcleo urbano de alguns serviços, como abastecimento de água, transporte para deslocamentos, fornecimento de energia elétrica, estruturação de serviços de saúde e outros (BONI, 2013, p.129).

Parte desses personagens concederam entrevistas ao Museu Histórico entre 1971 e 1979. São cerca de 50 áudios de pioneiros. A conservação, recuperação, organização e difusão do patrimônio material e imaterial do município



de Londrina é fundamental para manter as referências históricas da sociedade e preservar sua história. Composto de inúmeras coleções e dos mais diversos tipos de objetos, o Museu de Londrina digitalizou o acervo de audiovisual composto de entrevistas com pioneiros, que estavam gravadas em fitas cassetes, e também vídeos no formato VHS que foram recuperados na forma de arquivos digitais. O trabalho foi executado em 2019, e o repositório poder ser acessado com mais facilidade pela comunidade acadêmica. O acesso, no entanto, pressupõe olhares de pesquisador para organização do material que pertence ao patrimônio imaterial do município.

A organização e classificação referente às entrevistas em áudio de 1970 está em consonância com “os objetivos e finalidades” do Museu em sua relação com a UEL da qual é órgão suplementar, no caso utilizado como apoio a pesquisa, ensino e extensão. O site da universidade traz a seguinte definição acerca da sua relação com o Museu:

O Museu Histórico de Londrina desenvolve ações para salvaguarda do patrimônio histórico na cidade e região. Seus objetivos e finalidades são voltados prioritariamente para:

I - subsidiar as atividades acadêmicas na UEL integrando ensino, pesquisa e extensão em História e áreas afins;

II – servir como campo de estágio para estudantes de graduação da UEL e instituições conveniadas;

III - constituir-se em espaço dinâmico para os movimentos e ações culturais e educativas da cidade e região promovendo a reflexão crítica sobre a experiência histórica por meio de atividades diversas e obedecendo ao Regimento Geral da Universidade Estadual de Londrina.

Em primeiro lugar, a digitalização do acervo de audiovisual do museu recuperou o material do ponto de vista da documentação histórica. Por si só, promoveu o objeto de subutilizado para disponível para pesquisas de natureza histórica, do patrimônio público ou mesmo organização da informação como suporte para outras pesquisas. Como consequência, a facilitação do acesso atende o primeiro ponto de seus objetivos e finalidades que é “subsidiar as atividades acadêmicas da UEL”.

Na dissertação “Organização da informação em sites de televisões de universidades públicas brasileiras”, de José Carlos Mardegan, em 2014, o autor analisa a mudança nos formatos das plataformas de armazenamento de dados, mas na perspectiva da televisão, que também sofreu transformações quando houve o surgimento do formato digital. Trata-se de um estudo de propósitos semelhantes, embora em diferentes suportes. Um ambiente informacional existe em duas

perspectivas, sendo elas física e digital, neste primeiro caso bibliotecas, arquivos e museus. As motivações do autor se mostram coincidentes quando afirma que “o termo ambiente informacional remete a uma abordagem ampla e pressupõe a existência de pessoas, tecnologias, informação, cultura, comportamento, gestão e sociedade” (MARDEGAN, 2014, p.66).

Mardegan (2014, p.65) reitera que para “representação da informação, o objeto informacional pode ser constituído por textos, imagens, filmes, registros sonoros, enfim, uma unidade de informação organizável.” Cita Brächer e Café (2008), para ilustrar o processo de organização da informação que envolve atividades descritivas física e de conteúdo dos objetos informacionais, que ressaltam que a representação da informação, enquanto “conjunto de elementos descritivos representam os atributos de um objeto informacional específico” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p.5).

Enquanto perspectiva de estudos da Ciência da Informação, a representação da informação pode ser definida como a ação que possibilita a descrição, a representação da informação, do documento. Neste sentido, reforça a convicção ligada ao objeto deste trabalho que é evitar a subutilização de patrimônio cultural e histórico seja nas concepções de armazenamento ou mesmo organização. Tais elementos necessários à representação da informação são compostos por estruturas e esquemas de organização, construídos a partir das características do conteúdo, dos objetivos da instituição e das demandas da comunidade usuária, neste caso, pesquisadores de ciências humanas que utilizem o repositório do museu e se interessem pela história da colonização de Londrina.

A discussão deste capítulo teve a finalidade de contextualizar o foco do estudo como tratamento documental, como compreensão imprescindível tendo a instituição museu na concepção de uma unidade de informação. Foi traçado um panorama evolutivo para mostrar que a preocupação com a definição de documento existe de longa data, passou por alterações no modo de entendimento e ainda segue se modificando e se adaptando. O capítulo a seguir expande o campo de reflexão, para colocar em destaque os meios pelos quais a visão dos dados encontrados pode ser encaminhada ao procedimento que engloba organização, tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação da informação esperada do importante acervo encontrados.

### 3 DOMÍNIO E DOCUMENTO

Otlet (2018, p.34) afirma que ocorre a multiplicação e a distribuição, àqueles a quem se destina. daquilo que for documento como panfletos, livros ou jornais. Posteriormente, são formadas coleções ou conjuntos onde ele nada perderá de sua individualidade. Além disso, torna-se objeto de uma operação complementar, que tende a julgá-lo e avaliá-lo, e a incorporar, aos dados do conhecimento, os dados específicos que contiver; finalmente é utilizado. Com base nas definições, o acesso à informação falada ou gravada constitui uma dentre diversas formas de documentos de outra origem, conceitualmente, que é documentação.

A obra “Análise de Domínio na Ciência da Informação (CI), de autoria de Birger Hjørland, fornece conceitos indicando 11 abordagens para o debate da análise de domínio que juntas formam um conjunto coeso para obter e trabalhar com informações específicas. A primeira abordagem é “Indexação e recuperação de especialidades”. Detalha o autor:

Uma teoria adequada ou a abordagem à representação e recuperação de documentos deve estar relacionada ao material publicamente disponível. Pesquisa sobre indexação, representação de documentos e a recuperação deve reavaliar as práticas para melhorá-las. Se não for feito, torna-se difícil argumentar para que ocorra mais pesquisas nesta área. Também frequentemente os especialistas em bibliotecas e informações sentem que não têm conhecimento adequado para debater o assunto (HJØRLAND, 2002, p.429).

O autor adverte também que para obtenção de resultados com seriedade e elevado nível nas pesquisas em ciência da informação, é necessário desenvolver conhecimento suficiente do assunto em pelo menos um campo – que pode ser a própria BCI - Biblioteconomia e Ciência da Informação, com finalidade específica bem definida. Indexar e recuperar informações é sempre específico considerando que a CI não conseguiu abarcar “a maneira como uma variedade de domínios pode colocar diferentes demandas em sistemas para organizar e recuperar documentos” (HJØRLAND, 2002, p. 436). Outra fonte teórica do mesmo estudo servirá como referência para analisar o aspecto dos estudos históricos. Conforme o autor:

Não se deve considerar apenas os estudos históricos como uma maneira de celebrar um campo e dê a ele um status mais alto. Métodos históricos devem ser considerados métodos substanciais na CI. Quando se trata de entender documentos, organizações, sistemas, conhecimento e informação, uma perspectiva histórica e métodos históricos são frequentemente capazes de fornecer uma perspectiva mais coerente e ecológica em comparação com tipos não históricos de pesquisa de natureza mecanicista (Hjørland, 2002, p.436).

É necessário recorrer aos estudos de documentos e gêneros para analisar objetos específicos como o caso dos áudios dos pioneiros de Londrina. As diferentes disciplinas ou comunidades de discurso desenvolvem tipos especiais de documentos como adaptações às suas necessidades específicas. São exemplos de documentos exclusivos seis itens: na música: folhas de música; em geografia: mapas e atlas; na lei: códigos; órgãos legais; em astronomia: almanaques; em genealogia: linhagens e árvores genealógicas; e em psicologia: testes (HJØRLAND, 2002).

O primeiro elemento, no caso “folhas de música” é o que mais se aproxima do objeto deste trabalho por guardar, além de informações, sinais sonoros da época da entrevista, que embora não sejam o foco da análise, oferecerão elementos junto com as informações coletadas. Mais diretamente, segundo o autor:

A maneira como os tipos de documentos comuns são usados varia de domínio para domínio. Para, por exemplo, a importância relativa de livros e periódicos em processos são considerados publicações formais e não são diferentes de uma disciplina para outra. Embora exista um alto grau de padronização em artigos científicos modernos, a forma dos artigos também reflete os aspectos específicos necessidades de diferentes domínios e metodológicos e epistemologicamente normas diferentes (bem como tipos tecnológicos, econômicos e outras influências) (HJØRLAND; 2002; p.437).

De acordo com o ponto de vista de Hjørland (2002), as pesquisas emergentes estão utilizando principalmente o construtivismo social e teorias relacionadas, como ponto de partida epistemológico. O autor explica que a teoria social construtivista de semântica implica que objetos são construções sociais e os significados são construídos no discurso social que, na maior parte, estão representadas de maneira inconsciente para os agentes envolvidos.

O autor afirma que a inspiração metodológica básica tem relação com

as dimensões sociais e históricas da comunicação. O conceito de “comunidade do discurso” tem relação direta com tal abordagem e diferentes tipos de documentos como resenhas de livros, cartas, interrogatórios são “basicamente entendidos do ponto de vista objetivos ou propósitos comunicativos, que, no entanto, se revelaram um conceito bastante complexo” (Hjørland, 2002, p.437). Acrescenta que:

o estudo de estruturas e gêneros de documentos tem sido relativamente negligenciados no SI, mas desenvolvimentos recentes na recuperação de texto completo levaram na vanguarda. Os estudos qualitativos e quantitativos de diferentes gêneros em comunidades diferentes podem fornecer informações mais ricas e diferenciadas serviços. Como abordagem da análise de domínio, ela deve ser combinada com outras abordagens, por exemplo: pesquisa em indexação e recuperação de especialidades, estudos históricos e estudos epistemológicos e críticos (HJØRLAND, 2002, p.437).

Otlet (2018) classifica, na obra que é considerada paradigma nos estudos sobre documentação, características da biblioteconomia, arquivologia e museologia, conceitos para abordar documentos em pesquisas de diversas formas. Na pesquisa deste trabalho, o termo “documento” é tratado em suas várias definições, conceitos e contextualização.

### 3.1 ANÁLISE DE DOMÍNIO NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O conceito de “análise de domínio” é um princípio adotado para encaixar a classificação do acervo do Museu Histórico como objeto da Ciência da Informação. O artigo *Domain analysis in information science – Eleven approaches – traditional as well as innovative*, publicado no *Journal of Documentation* (volume 58), em março de 2002 detalha:

As abordagens são: produção de guias de literatura e gateways de assuntos; produzindo classificações especiais e tesouros; pesquisa em indexação e recuperação de especialidades; estudos empíricos sobre usuários; estudos bibliométricos; estudos históricos; estudos de documentos e gêneros; estudos epistemológicos e críticos; estudos terminológicos, LSP (linguagem para fins especiais), estudos do discurso; estudos de estruturas e instituições em comunicação científica; e análise de domínio em cognição profissional e inteligência artificial. Para atingir tal objetivo serão necessários exemplos específicos e revisões seletivas das literaturas fornecidas, e os pontos

fortes e fracos de cada uma dessas abordagens que serão discutidas (HJØRLAND, 2002, p.422, tradução nossa).

A Ciência da Informação (CI) tem origem vinculada em dois campos distintos do conhecimento: a informática e a biblioteconomia. No primeiro caso, o cientista da computação James M. Neighbors, em 1980, inaugurou estudos neste campo considerando a questão dos softwares utilizados na informática. No caso da biblioteconomia, a área encontrou campo fértil de estudos teóricos e aliou-se, nos primórdios, aos estudos de arquivologia e museologia. Por décadas, estudos teóricos de CI se resumiam a este escopo de análise. Com o passar das décadas, outros ramos foram se agregando e fortalecendo a característica multidisciplinar – que se tornou uma das mais fortes particularidades – e recebe estudos de psicologia, comunicação, ciências sociais, administração de empresas, educação, dentre outras áreas.

Existem quadro conceitos, no mencionado artigo, que se encaixam na análise do repositório do Museu Histórico de Londrina. São eles: “pesquisa em indexação e recuperação de especificidades”, seguido por “estudos históricos”, depois “estudos de documentos e gêneros” e finalmente “estudos epistemológicos e críticos”.

### 3.2 DOCUMENTOS GERADOS POR ÁUDIOS GRAVADOS

A proposta de estudo dos domínios teve respaldo em análise de “uma série de livros didáticos sobre indexação e classificação nas esferas das ciências sociais, humanidades e ciências” (HJØRLAND, 2002, p.429). Levou também em consideração o exemplo de livros específicos que, por se tornarem obsoletos, dificultam a pesquisa sobre aspectos de “indexação e recuperação de domínios específicos nas escolas de CI” (HJØRLAND, 2002, p.429). Neste sentido, esta é uma associação necessária aos propósitos de um estudo como o da recuperação documental da história de Londrina com base no “acervo de entrevistas de pioneiros do repositório do Museu Histórico de Londrina”.

Essa observação se torna mais evidente a partir da reflexão de que diante da infinidade de documentos e bancos de dados que são diariamente indexados, a questão “está aberta ao estudo por diferentes métodos. Uma teoria adequada ou a abordagem à representação e recuperação de documentos deve estar

relacionada ao material publicamente disponível” (HJØRLAND, 2002, p.429).

Acrescenta o autor:

Pesquisa sobre indexação, representação de documentos e a recuperação deve reavaliar as práticas para melhorá-las. Se não for feito, torna-se difícil argumentar para que ocorra mais pesquisas nesta área. Também frequentemente os especialistas em bibliotecas e informações sentem que não têm conhecimento adequado para debater o assunto (HJØRLAND, 2002, p.429).

A CI – enquanto campo teórico - “ignorou amplamente a maneira como uma variedade de domínios pode colocar diferentes demandas em sistemas para organizar e recuperar documentos.” (HJØRLAND, 2002, p.430). Como complemento, o estudo aponta quatro desdobramentos conceituais sendo que apenas um se insere no escopo da presente pesquisa - “estudos epistemológicos e críticos.” O autor indica, em suas conclusões, que “indexar e recuperar informações é sempre específico” (HJØRLAND, 2002, p. 430).

A pesquisa para recuperação documental no acervo do Museu Histórico de Londrina tem a característica histórica, por se ater a um período de desbravamento da região tendo como suporte entrevista de pioneiros. Dentro da base conceitual da “Análise de Domínio”, existe o escopo de “estudos históricos” em que as autorias “são, no entanto, relevantes de uma maneira muito mais ampla e abrangente, maneira mais profunda” (HJØRLAND, 2002, p.436).

O artigo de Hjørland(2002) traz análises em campos mais distintos como as ciências sociais, psicologia e análise do discurso (enfatizando a vertente de Michel Foucault). No entanto, para o presente objeto, o mais relevante “é [que é] possível fazer uma distinção entre ‘estudos históricos comuns de sujeitos domínios’, por um lado, e de outro estão os ‘estudos históricos que enfatizam o desenvolvimento terminologia, categorias, literaturas, gêneros, sistemas de comunicação etc.’” (HJØRLAND, 2002, p.436).

Não se deve considerar apenas os estudos históricos como uma maneira de celebrar um campo e dê a ele um status mais alto. Métodos históricos devem ser considerados métodos substanciais na CI. Quando se trata de entender documentos, organizações, sistemas, conhecimento e informação, um histórico com perspectiva e métodos históricos são frequentemente capazes de fornecer uma angulação

mais coerente e ecológica em comparação com tipos não históricos de pesquisa de natureza mecanicista (HJØRLAND, 2002, p.436).

Dentro do conjunto de ferramentas teóricas com base em Hjørland (2002), “estudos de documentos e gêneros” é o terceiro elemento que o artigo oferece enquanto instrumento teórico “conceitos de arquitetura da informação (IA), bem como gêneros e estruturas de informação” (HJØRLAND, 2002, p.436). O autor ainda ressalta que tais conceitos ganharam destaque nos estudos da CI e merecem destaque os campos de estudos relacionados, em parte devido, à “introdução de sistemas de recuperação de texto completo, sistemas de recuperação de passagens, bem como sistemas de hipertexto baseados em HTML - Internet” (HJØRLAND, 2002, p.436).

Mesmo assumindo o âmbito da pesquisa com âmbito na documentação - mais próxima de três bases da Ciência da Informação: Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia – a abordagem com base na informática - onde também nasceu a CI – ainda encontram respaldo nos textos novos. Isso significa que na sua origem, as pesquisas em CI se dividiram em duas vertentes: uma a informática e a outra a documentação.

No que respeita à vertente que estuda a “documentação”, Hjørland (2002) ressalta a necessidade de se reportar a “teoria dos documentos, seus propósitos e funções de comunicação, seus elementos e composição e seus valores potenciais na recuperação de informações.” (HJØRLAND, 2002, p.436). Como exemplo, cita diferentes “comunidades de discurso” que necessitam de abordagens específicas. Cita ainda como exemplo, a música que possui “folhas de música”, a geografia constituída por “mapas e atlas”, a lei com seus “códigos; órgãos legais”, a astronomia que possui “almanaques”, entre outras.

Hjørland esclarece que a abordagem de cada domínio depende da “maneira como os tipos de documentos comuns são usados”. (HJØRLAND, 2002, p.437)

Para, por exemplo, a importância relativa de livros e periódicos em processos são considerados publicações formais e não são diferentes de uma disciplina para outra. Embora exista um alto grau de padronização em artigos científicos modernos, a forma dos artigos também reflete os aspectos específicos necessidades de diferentes domínios e metodológicos e epistemologicamente normas diferentes (bem como tipos tecnológicos, econômicos e outras influências) (HJØRLAND, 2002, p.437).



Conforme o campo de estudos teóricos da CI avança, as visões e formulações de conceitos acompanham as novas tendências. O autor menciona a presença de aportes epistemológicos e de construtivismo social como as tendências mais flagrantes.

A teoria social construtivista de semântica implica que os objetos são "construções sociais " e os significados são construídos no discurso social (na maioria das vezes de maneiras inconscientes para os agentes envolvidos). Os artigos de pesquisa - e outros documentos - são vistos como construções sociais e como formas de argumentar (mas nunca como o único) (HJØRLAND, 2002, p.437)

Em decorrência dessa natural evolução, os estudos teóricos da CI avançam em nível concreto, mas também como inspiração para o nível metodológico. Define Hjørland (2002, p.438) que a "inspiração metodológica básica" tem relações próximas com "as dimensões sociais e históricas da comunicação". O artigo defende que o conceito de "comunidade do discurso " está ligado a essa abordagem. Documentos de diversos tipos ou mesmo gêneros "como resenhas de livros, vendas cartas, interrogatórios etc. são basicamente entendidos do ponto de vista objetivos ou propósitos comunicativos, que, no entanto, se revelaram um conceito bastante complexo (HJØRLAND, 2002, p.438).

Na esteira da evolução e transformação dos estudos teóricos da Ciência da Informação, Hjørland ressalta um detalhe que, na época da publicação do artigo, em 2002, "o estudo de estruturas e gêneros de documentos têm sido relativamente negligenciados na CI" (HJØRLAND, 2002, p.438).

Mas desenvolvimentos recentes na recuperação de texto completo levaram na vanguarda. Os estudos qualitativos e quantitativos de diferentes gêneros em comunidades diferentes podem fornecer informações mais ricas e diferenciadas serviços. Como abordagem da análise de domínio, ela deve ser combinada com outras abordagens, por exemplo: pesquisa em indexação e recuperação de especialidades; estudos históricos e estudos epistemológicos e críticos (HJØRLAND, 2002, p.438).

O legado de Birger Hjørland para estudos teóricos da Ciência da Informação (CI) é repleto de credibilidade e visto de modo praticamente unânime entre

os pesquisadores. Esse pesquisador dinamarquês é a principal referência quando se fala em “análise do domínio”, sendo praticamente fundador do termo. Ou mesmo sendo o primeiro a debater o tema com profundidade, embora houvesse estudos anteriores. Outra esfera na qual se destacou foi na elaboração de estudos de ordem epistemológica. Na proposta das 11 abordagens, conceitua e discorre sobre a epistemologia, que também é conhecida como a ciência dos conceitos.

Defende Hjørland (2002) que, as pesquisas devem partir de um objeto que por definição deve ser um comportamento que, aos olhos dos pesquisadores se regem por meio de diferentes tipos de "suposições, conhecimento de base, teorias" (HJØRLAND, 2002, p.438). Para amparar sua definição, faz referência a estudos do psicólogo britânico Conwy Lloyd Morgan, especialista em experimentos envolvendo psicologia e sua relação com os animais. Enfatiza, juntamente com esse autor, que metodologias, teorias e explicações estão relacionadas entre si por meio do que chama “constelações extralógicas”, historicamente variáveis, compondo conhecimento de base, tradições, paradigmas, pesquisa programas, campos ou “domínios”.

Existem quadro categorias em que se dividem enquanto referencial teórico. São elas “paradigmas, abordagens, metodologias e técnicas, formando uma hierarquia de quatro camadas a partir do geral ao específico” (HJØRLAND, 2002, p.438). Hjørland define que o “uso de tais conceitos varia, no entanto, e paradigmas e abordagens são frequentemente usados como sinônimos.”

O mais importante é que em todos os campos do conhecimento, e especialmente nas ciências sociais, diferentes “paradigmas”, “escolas” ou abordagens podem ser identificados. Tais paradigmas tendem a desenvolver seus próprios periódicos e comunicação das suas estruturas e suas necessidades de informação com critérios de relevância são de graus muito altos quando se pensa em referencial teórico (HJØRLAND, 2002, p.438).

A pesquisa é realizada junto ao acervo do Museu Histórico de Londrina, e o recorte é definido para os documentos gerados por áudios gravados na década de 1970. O primeiro passo será converter a fonte, de um conceito de “material” para um conceito de “documento”. Para essa finalidade, será combinada a consulta em artigos, dissertações, teses, e pesquisas publicadas em revistas científicas da área da Ciência da Informação (CI), com a abordagem de documentos em áudio

enquadrada no campo da “análise de domínio”, de Birger Hjørland. Esse autor aponta a capacidade frequentemente encontrada nos métodos históricos para ajudar a “entender documentos, organizações, sistemas, conhecimento e informação, numa perspectiva mais coerente e ecológica em comparação com tipos não históricos de pesquisa de natureza mecanicista” (HJØRLAND, 2002, p.436, tradução nossa).

O percurso abrange definições preliminares tais como natureza, objetivos e procedimentos, a fim de embasar a transcrição dos áudios de pioneiros, gravados entre 1970 e 1979, pertencentes ao Museu Histórico de Londrina, e recentemente digitalizados. A pesquisa, nesse universo, pode ser considerada como “qualitativa, exploratória e documental” quanto à natureza, objetivos e procedimentos, respectivamente. Segundo Gil (2008, p.27-28), quanto aos objetivos, as pesquisas são classificadas em três grandes grupos: exploratória, descritiva e explicativa. Destaca o autor, que a pesquisa exploratória possui como “principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis”. E agrega:

Geralmente envolvendo levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de casos; é toda pesquisa que busca constatar algo num organismo ou num fenômeno. Este grupo visa descobrir teorias e práticas que modificarão as existentes; criar maior familiaridade com os fenômenos e com isso obter inovações tecnológicas (GIL, 2008, p.29).

No que diz respeito à abordagem, é qualitativa quando “a coleta e análise dos dados não são baseadas na quantificação; ela analisa e descreve o fenômeno em sua forma complexa” (GIL, 2008, p.30). Quanto aos meios de investigação e procedimentos, pode ser chamada de campo quando realizada no local onde se verifica o fenômeno, ou ocorra no espaço em que os elementos explicativos podem ser encontrados. Essa modalidade “assemelha-se ao levantamento, todavia tem algumas diferenças: são mais aprofundados, apresenta maior flexibilidade, podendo ter seus objetivos reformulados ao longo do processo de pesquisa” (GIL, 2008, p.30). Pode incluir a realização de entrevistas, a aplicação de questionários, testes e formas de observação de tipo participante ou não participante.

Quanto à classificação das fontes, que neste caso são os depoimentos de pioneiros coletados pelo Museu, os áudios possuem natureza de pesquisa documental por estarem conservados no âmbito de órgãos públicos e

privados, que incorporam esse fato ao escopo de suas atividades. Trata-se de “registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, video-tape, informações em disquete, diários, cartas pessoais a outros” (GIL, 2008, p.30).

Cabe destaque ao fato de que a pesquisa em documentos é de indiscutível relevância, uma vez que a “riqueza de informações” possível de “extrair e resgatar” é suficiente para justificar “seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.2). Outro fato a chamar atenção é o de ser primordial que “em todas as etapas de uma análise documental se avalie o contexto histórico no qual foi produzido o documento, o universo sociopolítico do autor e daqueles a quem foi destinado, seja qual tenha sido a época em que o texto foi escrito” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 8).

Este capítulo teve a finalidade de apresentar as conceituações de análise de domínio, para extrair fundamentos que consolidem a proposição de estudar o papel de uma instituição museológica considerada em sua função de unidade de informação. O capítulo anterior promoveu uma reflexão a respeito do conceito de documento, de modo a tornar presente essa dimensão para que um acervo repleto de dados de alto valor histórico seja transformado em conhecimento tratado e disponibilizado. O capítulo a seguir apresenta, de modo descritivo, os conteúdos presentes nos documentos de áudio e efetua indicações sobre suas possíveis formas de encaminhamento.

#### 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa objetiva utilizar os depoimentos de pioneiros, arquivados no Museu Histórico de Londrina, para encontrar dados que possam promover uma expansão do conhecimento histórico existente sobre a colonização do Norte do Paraná. A contribuição buscada é no sentido de oferecer à comunidade de estudiosos e pesquisadores, bem como ao público em geral, informação e conhecimento com acessibilidade melhorada e com o levantamento de temáticas de interesse permanente.

O material original, composto por fitas cassete, foi agora digitalizado, o que permite o acesso para consulta, inclusive da parte que ainda se encontrava sem divulgação. Constam depoimentos do inglês George Craig Smith, do russo Alexander Rasgulaeff, e da esposa de Willie Davids, que chegaram na década de 1920. Cabe também mencionar os de Zaqueu de Mello, destacada figura ligada à educação, bem como valiosos áudios com a história da criação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), contada por Lauro da Veiga Pessoa, que foi um dos fundadores e diretor da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras e da Faculdade Estadual de Direito de Londrina. Criadas em 1956 e autorizadas a funcionar dois anos depois, foram as primeiras instituições de ensino superior da cidade e, com outras três, originariam a UEL, em 1971.

O método adotado na pesquisa será o de recuperação da informação e análise de domínio, dois conceitos oriundos da pesquisa no campo da Ciência da Informação. A realização deste trabalho integra a atividade de pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI da Universidade Estadual de Londrina, na linha Organização e representação da informação e do conhecimento. A coleta do material foi realizada como pesquisa de campo, no caso documental, no acervo do Museu. O segundo passo será trabalhar na edição de um livro que será intitulado Vozes do Passado – Um estudo pelos depoimentos dos pioneiros de Londrina, a ser lançado em dezembro de 2021. O projeto também coincide com o aniversário de 50 anos do Museu Histórico de Londrina.

O projeto é um resgate de “vozes do passado”, numa viagem pelos depoimentos dos pioneiros de Londrina com o objetivo de resgatar e registrar em

linguagem escrita, dados e informações provenientes do conteúdo dos áudios com depoimentos de pioneiros que foram gravados na década de 1970. São falas de desbravadores, familiares e amigos que fazem parte do acervo do Museu Histórico de Londrina. O foco da pesquisa é o resgate dos depoimentos, discursos, entrevistas, dentre outras expressões que foram gravadas na década de 1970. O material levantado produzirá uma descrição que pode ser inserida em temáticas de novas pesquisas para o campo da documentação museológica.

O autor desta dissertação obteve, junto à diretoria do Museu Histórico de Londrina, uma lista intitulada *Relação de depoimentos orais em áudio*, que apresenta uma relação com o conteúdo de 235 fitas cassete que foram digitalizadas em 2019. Diante da primeira análise do material, constatou que seria inviável transcrever todo o conteúdo de uma única vez, por causa da grande volume de depoimentos. Portanto, foi necessário dividir em quatro lotes: 1970, 1980, 1990 e “Sem Data”. Para definir qual o primeiro lote de fitas a serem transcritas, foram aplicados quatro critérios: “valorização da memória histórica da cidade”, “retorno de interesse público”, criatividade e “importância para a cidade”.

Definidos os critérios a adotar para realização da pesquisa, foram compostas quatro listas: a primeira datada de 1970-79, com 38 relatos, a segunda, 1980-89, com 56 gravações. O período de 1990-99 contém 121 registros auditivos. Existe ainda um material também digitalizado que consta como “Sem Data”, com 46 títulos. Somados, todos os depoimentos perfazem um total de 235 registros de fitas do acervo total do Museu Histórico. São mais de 500 horas de depoimentos.

O material em áudio datado de 1970 até 1979 é composto de depoimentos de conhecidos pioneiros que chegaram na primeira caravana, em 1929. Os mais lembrados são os ingleses George Craig Smith, Willie Davids (o depoimento da esposa Carlota Mello Peixoto Davids também está nos arquivos). Há ainda o russo e agrimensor Alexander Rasgulaeff com depoimentos em 21/09/1972, e o francês e também agrimensor Ludovico Surjus e esposa Julieta (em 1977) como nomes de destaque e reconhecidos na história de Londrina.

De 1974, existem registros de áudio do professor Zaqueu de Melo (31/05), que inclusive dá nome a um teatro na cidade e é considerado um dos precursores da educação no município e região. Outro material valioso em termos históricos é o depoimento de Lauro da Veiga Pessoa, que em 1956, foi escolhido pelo Governo do Estado do Paraná para a direção da Faculdade de Filosofia de Londrina,

onde foi docente do curso de Direito - que futuramente iria se transformar na Universidade Estadual de Londrina (UEL) - cargo que ocupou até 1964.

De 1977, existe um material em áudio intitulado “Comentários sobre o Livro de Registros do Hotel Campestre (primeiro Hotel de Londrina)” de propriedade de Frieda Spenner Rohde Fleuringer, que é uma entrevista feita por George Craig Smith e o francês Ludovico Surjus, cuja história não foi contada oficialmente. Existem outros deles sobre Londrina, conforme o “Relatos 1970”. De 1978, existe registro do depoimento oral de Francisco Pereira de Almeida Junior, que é o autor do hino oficial de Londrina, até hoje em vigência.

De 1979, merece destaque material da “Exposição Comemorativa da Chegada da Primeira Caravana da CTNPR”, que conta com depoimentos dos pioneiros Gregório Wladeck, Joaquim Panizza Martins, Waldemar Grewer, Maria Tereza Vieira Gonçalves e Alberto Vieira. Na lista intitulada “Relatos 1970” figura detalhadamente o material que será transcrito e devidamente identificado e vistoriado, antes de ser catalogado e colocado à disposição do público, de pesquisadores ou de professores, pelo Museu de Londrina. A primeira etapa foi a separação do material selecionado e a recuperação da informação (transcrição ou decupagem). Esta etapa evidencia conteúdos de interesse para aplicação de conceitos e técnicas da área da documentação em Ciência da Informação (CI), mais especificamente “Organização do Conhecimento”.

O acervo do Museu de Londrina de fitas cassete e VHS foi digitalizado em 2019. Por meio do projeto “Conservação e preservação de depoimentos gravados em Fitas Cassete e VHS”, de autoria de Francisco Senra Neto, foi realizada a digitalização do acervo como atribuição e contribuição ao Patrimônio Cultural Histórico. Após contato com o Museu, a diretora Edméia Aparecida Ribeiro, possibilitou acesso a duas listas com o acervo em áudio digitalizado. O tempo total do conteúdo das duas relações, como já mencionado, ultrapassa 500 horas. Isso exigiu uma divisão para que o projeto seja executado em etapas. O Museu forneceu duas listas de áudio, sendo a primeira intitulada “Relação de depoimentos orais em áudio”, que possui uma lista com 235 fitas cassetes digitalizadas. Uma segunda lista denominada “Relação em áudio de eventos, reuniões, cursos, sessões da Câmara e gravação musical” forma um total de 79 fitas cassetes digitalizadas.

Diante dessa grande quantidade, a estratégia foi selecionar aquilo que tem valor histórico (critérios do Edital 009/2019 – Art. 10.2.4.), segmentando cada lista

por década, e começando cronologicamente na década mais antiga. Também foi levada em consideração a possibilidade de unir a recuperação da informação, análise de domínio e produção de um livro-reportagem. Neste caso, o autor desta dissertação uniria a experiência como jornalista em pesquisa e redação de textos, obtidas em jornal impresso e portais de notícias diárias, para a redação do livro.

Na prática, significa uma proposta com três produtos: 1) A transcrição que servirá para catalogar o material para o Museu pode ser colocada à disposição para outros pesquisadores; 2) O livro usando parte dos depoimentos, seria uma obra documentária publicada; 3) A pesquisa ser transposta para uma dissertação de mestrado, em Ciência da Informação, na Universidade Estadual de Londrina, trabalho que está relacionado à “Organização do Conhecimento” (OC).

A proposta encontra justificativa, dentre outras, pela contribuição que pode dar ao Museu Histórico de Londrina, em seu papel de unidade de informação atuando nos processos de Preservação do Patrimônio Material e Imaterial. A proposta torna possível realizar o critério do Programa Municipal de Incentivo à Cultura - Promic quanto a “pesquisa de notável valor histórico da cidade” ao indicar como resultado a possibilidade de editar um livro posteriormente. No quesito “criatividade”, é importante ressaltar que a pesquisa contém depoimentos de pioneiros que nunca foram publicados e a proposta é trazer à tona visões inéditas dos desbravadores e o que pensavam e falavam sobre Londrina, permitindo futuras reflexões, ressaltando o “ineditismo” da proposta.

Em sua mais ampla abrangência, o projeto tem como meta principal servir como campo de pesquisa em documentação, atendendo assim às demandas de: “recuperar e catalogar o material histórico contido nos depoimentos dos pioneiros”; inspirar novos estudos e pesquisas. A “Universalização e democratização do acesso aos bens culturais” seria atendida com a possibilidade de pesquisadores, professores, historiadores e, também, curiosos sobre as origens de Londrina, consultarem o conteúdo dos depoimentos antes de ouvi-los, agilizar o acesso ao material em áudio, utilizar como guia um material impresso com todas as referências e inclusive o conteúdo das falas de cada depoente.

O que justifica a iniciativa é a possibilidade de aplicar conceitos da Ciência da Informação em um repositório, como no caso o “Acervo de Depoimentos de Pioneiros” e o fato de que trabalhar utilizando ferramentas teóricas e acadêmicas enriquece a credibilidade da pesquisa e serve como um meio de “Socialização de



oportunidades de produção cultural” e de “Descentralização Cultural”. Isso se torna relevante, pois faz parte do resgate do Patrimônio Material e Imaterial da cidade meta permanente do município.

A viagem pelos depoimentos dos pioneiros sobre Londrina, além de analisar o material da década de 1970 (recorte aqui definido), poderá vir a ser replicado para os anos subsequentes (1980/90), e inspirar a classe artística e a crítica, composta por historiadores, professores, jornalistas e outros interessados.

**Quadro 1** – Lista de relatos de pioneiros - década de 1970.

Nº	Código	Tipo	Sujeitos	Observações	Data
1	FC054	Entrevistas	- Pioneiros	Durante a primeira Exposição do Museu do Café de Londrina	1977
2	FC099/1	Depoimento oral	- Gregório Wladeck - Joaquim Panizza Martins - Waldemar Grewer	Durante a Exposição Comemorativa da Chegada da Primeira Caravana da CTNPR	1979
3	FC099/7	Depoimento oral	- Maria Tereza Vieira - Gonçalves - Alberto Vieira	Durante a Exposição Comemorativa da Chegada da Primeira Caravana da CTNPR	1979
4	FC204	Depoimento oral	- Eng. Alexandre Rasgulaeff		21/09/1972
5	FC273	Depoimento oral	- George Craig Smith		23/10/1972
6	FC679	Depoimento oral	- George Graig Smith - Alexandre Rasgulaeff (CTNP)		23/10/1972
7	FC680	Depoimento oral	- George G/ Smith (CTNPR)		23/10/1972
8	FC052	Depoimento oral	- Prof. Zaqueu de Melo		31/05/1974
9	FC042	Depoimento oral	- Dr. Lauro da Veiga - Pessoa	Sobre a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1958	03/06/1974
10	FC142	Depoimento	- Prof. Mário Tacahashi		10/06/1974
11	FC028	Depoimento oral	- Prof. <sup>a</sup> Mercedes Camargo Martins - Madureira		15/08/1974
12	FC041	Depoimento oral	- Joaquim Vicente de Castro		30/09/1975
13	FC045/1	Depoimento oral	- Ludovico Surjus	Agrimensor	27/10/1977
14	FC045/2	Depoimento oral	- Ludovico Surjus		27/10/1977
15	FC045/5	Depoimento oral	- Ludovico Surjus - Julieta Surjus		01/11/1977
16	FC045/3	Depoimento oral	- Ludovico Surjus		04/11/1977
17	FC045/4	Depoimento oral	- Ludovico Surjus - Julieta Surjus		04/11/1977
18	FC048	Entrevista	- George Craig Smith - Ludovico Surjus	Sobre o Livro de Registros do Hotel Campestre (primeiro Hotel de Londrina)/ Propriedade de Frieda Spenner Rohde Fleuringer	08/11/1977

Nº	Código	Tipo	Sujeitos	Observações	Data
19	FC044/1 FC044/2	Depoimento oral	- Fulgêncio Ferreira Neves		11/11/1977
20	FC007 LADOB	Depoimento oral	- Carlota Mello Peixoto Davids		19/11/1977
21	FC007 LADOA	Depoimento oral	- Gordon Fox Rulle		27/11/1977
22	FC067/A FC067/B	Depoimento oral	- Francisco Pereira de Almeida Junior	Autor do Hino a Londrina	04/07/1978
23	FC068/A FC068/B	Depoimento oral	- Francisco Pereira de Almeida Junior	Autor Hino a Londrina	14/09/1978
24	FC096	Depoimento oral	- Sra. Elena - Sr. Revenski		28/09/1978 05/10/1978
25	FC015	Depoimento oral	- José Jorge Chedid		01/01/1979
26	FC016 LADO A	Depoimento oral	- Francisco Adam		10/06/1979
27	FC016 LADOA	Depoimento oral	- José Licha		10/08/1979
28	FC017	Depoimento oral	- José Licha		10/08/1979
29	FC099/2	Depoimento oral	- Waldemar Grewer - Lupércio Luppi - Angelo Ferrari - Rodolfo Francovig - Claudio de Almeida e Silva - Antônio Picinin	Durante a Exposição Comemorativa da chegada da Primeira Caravana da CTNPR	23/08/1979
30	FC099/3	Depoimento oral	- Antônio Picinin - Teodoro Talezin	Durante a Exposição Comemorativa da Chegada da Primeira Caravana da CTNPR	23/08/1979 24/08/1979
31	FC099/4	Depoimento oral	- Teodoro Talezin - Manoel Gonçalves - Osvaldo Gandorfi - Elias Abraão	Durante a Exposição Comemorativa da Chegada da Primeira Caravana da CTNPR	24/08/1979
32	FC099/5	Depoimento oral	- Rafael Garcia - Primo Fiori	Durante a Exposição Comemorativa da Chegada da Primeira Caravana da CTNPR	24/08/1979 31/08/1979
33	FC099/6	Depoimento oral	- João Elias Gabardo - George Craig Smith - Constância Vieira Severo Gonçalves - Adolfo Oldenburg	Durante a Exposição Comemorativa da Chegada da Primeira Caravana da CTNPR	01/09/1979
34	FC022	Depoimento oral	- Manoel Flores Segura		21/09/1979
35	FC037	Depoimento oral	- Victor Herek		04/12/1979
36	FC001 a FC005	Depoimento oral	- Pe. Carlos Probst		22/12/1977

**Fonte:** Museu Histórico de Londrina

São apresentadas, a seguir, sinopses de alguns depoimentos constantes da lista de relatos de pioneiros apresentada no Quadro 1 acima, a fim de oferecer uma ideia de conteúdo, bem como referências de data e duração.

## **Sinopses Áudios Acervo Museu Histórico de Londrina Década de 1970**

Pioneiro - Alexandrer Rasgullaeff

Depoimento - 21/09/1972

Tempo: 34m40s

Fita Cassete - 204 a

Sinopse: Entrevistador registra em áudio dados pessoais do pioneiro como nome completo, país (Rússia) e cidade de origem (Moscou), profissão agrimensor, formado no Instituto Constantino. Em 1914 formou-se. Casado sem filhos. Sofia Rasgullaeff, em 1918.

Pioneiro - George Craig Smith

Depoimento - 23/10/1972

Fita Cassete - 273

Pioneiro - Alexandrer Rasgullaeff e George Craig Smith

Depoimento - 23/10/1972

Fita Cassete - 679

Sinopse: Ambos relatam, primeiros momentos da chegada da caravana ao Norte do Paraná. Falam do ambiente encontrado, dos desafios que tiveram pela frente, dos contatos que formaram, o modo como se estabeleceu o relacionamento com as autoridades locais e federais. Ressaltam a intensa presença de matas silvestres na região como característica marcante da paisagem.

Pioneiro - George Craig Smith

Depoimento - 23/10/1972

Fita Cassete - 680

Sinopse: Dá prosseguimento ao relato da fita cassete - 283 com o mesmo assunto.

Pioneiro - Professor Zaqueu de Mello

Depoimento - 31/05/1974

Fita Cassete - 052

Sinopse: Pioneiro da educação relata a criação das primeiras escolas de Londrina e da sua participação na consolidação do ensino local.

Pioneiro - Professor Lauro da Veiga Pessoa

Depoimento - 03/06/1974

Tempo: 36m28s

Fita Cassete - 042 A

Sinopse: A entrevistadora diz que gostaria de ouvir e gravar o personagem histórico contando sobre sua vida chegada a Londrina em 1951. Mas a primeira ideia de Londrina sobre cursos superiores foi de Zaqueu de Mello, em 1955. A única universidade que existia no Paraná era em Ponta Grossa. Zaqueu de Mello solicitou ao governador Moysés Lupion para a criação da universidade e a criação da primeira direção sendo composta por três nomes. O partido PSD se reuniu em Londrina para elencar Lauro como o primeiro diretor. A solicitação foi intermediada pelo bispo de Jacarezinho, Dom Sigaud, que foi até Curitiba receber a lista final. Em 1956, foi a criação da Faculdade de História, Geografia, Português e Letras. Passou a funcionar em 1958. Em 1957, o Ministério da Educação orientou a criar a faculdade. Oito professores e 70 alunos para quatro cursos. Uma turma para cada curso. Em 1966, com a primeira turma de Direito em junho. Em 1969, odontologia começou nos fundos da Catedral - o prédio da Pernambuco ainda não existia. Passou a sugerir conceito de Universidade. Ciências Econômicas não fazia parte da universidade. Era particular. Onde existia o Cesulon, com a faculdade de Medicina. Decreto de criação da faculdade com Abelardo Lupion. (25m47s)

Discurso aula de Lauro da Veiga Pessoa

Pioneiro - Professor Lauro da Veiga Pessoa

Depoimento - 03/06/1974

Tempo: 16m12s

Fita Cassete - 042 B

Sinopse: Áudio de apresentação de piano continuação da gravação anterior (lado A da fita cassete no formato analógico).

Pioneiro - Professor Mário Tacahashi

Depoimento - 10/06/1974

Tempo: 35m09s

Fita Cassete - 142

Sinopse: Inaudível

Pioneiro - Professora Mercedes Camargo Martins Madureira

Depoimento - 15/08/1974

Tempo: 33m23s

Fita Cassete - 028 A

Sinopse: Peroba e Perobal - Professor Aristides. Federalização da Universidade - Reconhecida - Não foi Federalizada. Nasceu em Curitiba em 08 de novembro de 1915. Filha de Daniel Martins e Mercedes Maria de Camargo Martins. Estudos na Capital em Colégio Estadual do Paraná - Bacharel em Ciências e Letras. Magistério no Instituto de Educação da Capital do Paraná. Casou em Londrina em 14 de maio de 1953. Três irmãos e cinco filhos. Pai possuía a fazenda antes de mudar. 1936 - Cartas geográficas Londrina era assinalada como um pequeno ponto mas de futuro imprevisível destino traçado. Primeira professora. Família possui uma fazenda nas proximidades do rio Tibagi. Chegou em Jatay. Tudo começou a partir da publicação de um anúncio em jornal falta de professores na década de 1930. Morava em Curitiba e foi nomeada por decreto com outros professores em 1936 pelo secretário de educação do Paraná, Dr. Gaspar Veloso. Decreto 1904 de 29 de janeiro de 1936 seguida da nomeação em 21 de fevereiro do mesmo ano. 44 anos de magistério em Londrina - professora pioneira.

Pioneiro - Professora Mercedes Camargo Martins Madureira

Depoimento - 15/08/1974

Tempo: 8m51s

Fita Cassete - 028 B

Sinopse: Análise final solicitada pela entrevistadora para os minutos finais do diálogo. Define de forma poética, comparando a frutos amadurecidos, o atual cenário para a época da educação com uma universidade em formação. Recorda momentos da chegada à região norte do Paraná na época da colonização quando a picada já estava aberta. Ostenta com orgulho a produção e formação de profissionais altamente capacitados. De terra pegajosa para doutores para o mundo. Cidade que

envolve seu moradores com nome respeitado em todos os paraísos.

Pioneiro - Joaquim Vicente de Castro

Depoimento - 30/09/1975

Tempo: 32m10s

Fita Cassete - 041

Sinopse: Equipe técnica da Ciências Humanas do Departamento de História realiza entrevista com o primeiro prefeito de Londrina Joaquim Vicente de Castro. Anotações na residência do pioneiro em 30 de setembro de 1975. Formou-se no Rio de Janeiro como engenheiro civil e arquiteto em 1920.

Pioneiro - Joaquim Vicente de Castro

Depoimento - 30/09/1975

Tempo: 24m05s

Fita Cassete - 041 - B

Sinopse: Continuação do lado anterior. Fundou a cidade de Bom Sucesso e descemos por Vila Rica dos Jesuítas, até Apucarana, onde inaugurou o primeiro cinema. Cita Casa Sete que era frequentada pelos ingleses como o Mister Thomas para fechar negócios de terras com imigrantes e beber whisky. Comenta sobre visitas a praia. Áudio possui tom de comentários sobre trivialidades após os 16 minutos. Finaliza agradecendo o Curso de História da Uel. Até 20 minutos possui entrevista quando finaliza a conversa.

Pioneiro - Ludovico Surjus

Depoimento - 27/10/1977

Tempo: 34m10s

Fita Cassete - 045 - 1

Sinopse: Pioneiro comenta sobre os limites da cidade que se formava como o Ribeirão Cambé que dividia dois extremos, a avenida Maringá, avenidas Faria Lima, Rio Branco e Celso Garcia Cid (nomes atuais). Cita ainda estradas que ligavam cidades da região recém-fundadas como Rolândia. Governo do Estado concedeu vias para a região norte como Sertanópolis para implantar um corredor de ligação. Gleba Nova Esperança e região do médio Paranapanema e cidades como Jaguapitã. Cita a abertura de diversas "picadas" que são estrada de terra para tráfego de animais e

peças por dentro da “Floresta Amazônica” que formava a região, ligando diversas regiões como o Patrimônio Três Bocas, etc. Menciona a criação "espigão" dos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema. Relaciona o tamanho das propriedades que estavam sendo divididas na época da colonização, com o desmatamento e divisão de lotes para venda para estrangeiros, entre 1920 e 1945. Menciona a predominância de famílias estrangeiras como portuguesas, italianas e alemãs.

Pioneiro - Ludovico Surjus

Depoimento - 27/10/1977

Tempo: 33m 21s

Fita Cassete - 045 - 2

Sinopse: (continuação entrevista). Áudio com ruído a partir dos 25 minutos. Ludovico comenta sobre a presença de crianças na região da colonização. Entrevistado comenta sobre a beleza da região na época da colonização. Participação de Julieta Surjus falando sobre as fazendas de café e leite. Destaca as fazendas da região de Londrina que produziam café em larga escala. Mencionam os professores que chegaram com os colonos e dos filhos que moram em Londrina. Os filhos do casal não moram em Londrina. Observações sobre a sociedade local.

Pioneiro - Ludovico Surjus

Depoimento - 04/11/1977

Tempo: 33m 26 s

Fita Cassete - 045 - 3

Sinopse: O pioneiro continua comentando aspectos da colonização do Norte do Paraná. Destaca presença de imigrantes europeus e como vivam naquela época. Participação de Julieta Surjus na entrevista, embora não esteja cadastrado na identificação da entrevista. Comentam dificuldades de atendimento médico até a década de 1950. Menciona a data da entrevista, às 14 horas e 25 minutos, na casa do entrevistado com a esposa. Depoimento sobre a vida do pioneiro desde o nascimento até a data atual para ser arquivado no Museu do Café do Paraná. Comenta sobre a infância no litoral, a formação nos estudos fundamentais entre outros detalhes pessoais. Fala sobre as origens que remontam a França.

Pioneiro - Ludovico Surjus e Julieta Surjus

Depoimento - 04/11/1977

Tempo: 33m38s

Fita Cassete - 045 - 4

Sinopse: Assim como nas gravações anteriores, rememora aspectos da colonização de Londrina como a abertura de estradas de terra (picadas), construção de prédios e casas de madeira (igrejas, escolas, hotéis e residências). Ressalta acerca da criação de cidades da região como Sertanópolis. Destaca deslocamentos a pé no meio da mata até cidades que se formavam na região. Em 1942, menciona a chegada de caravana de russos ao Norte do Paraná e as dificuldades com questões básicas como água encanada e a dificuldade em lidar com os indígenas. Cita a presença das mais diversas etnias indígenas e sua relação com os colonos, muitas vezes conflituosas. Cita a estrada Boiadeira que ligava o interior do Paraná recentemente povoado e em processo de colonização e instituição de cidades.

Pioneiro - Ludovico Surjus e Julieta Surjus

Depoimento - 01/11/1977

Tempo: 33m23s

Fita Cassete - 045 - 5

Sinopse: Menciona a distância entre as cidades percorridas no lombo de animais e a presença dos rios e mata exuberante que ladeavam o rio Paranapanema. A presença e importância de Jataizinho enquanto corredor de passagem de colonos. Fazendas que rodeiam a região cercadas pelos rios Paranapanema e Ivaí que fazem parte de regiões mais distantes do Norte, mas que fazem parte da colonização. Construção das casas de madeira saltava aos olhos. Presença de carros que aos poucos começava a crescer com destaque para o Ford 1929, o popular Fordinho. Ressalta a presença de animais silvestres, como o galo que cantava de madrugada.

Depoimento coletivo - Comentários sobre o Livro de Registros do Hotel Campestre (primeiro Hotel de Londrina) / Propriedade de Frieda Spenner Rohde Fleuringer

Entrevista feita por George Craig Smith com Ludovico Surjus/

Depoimento - 08/11/1977



Tempo: 30min.

Fita Cassete - 048

Sinopse: Registro da relato dialogado entre George Craig Smith e Ludovico Surjus, este último relatando o processo de aquisição de terras no Norte do Paraná e detalhes da fauna e da flora silvestre na região.

Pioneiro - Depoimento oral Fulgêncio Ferreira Neves

Depoimento: 11/11/1977

Tempo: 33m00s

Fita Cassete - 044/1

Sinopse: Recorda das características do tempo da escravidão na época da colonização que ainda estava presente de forma clara. 07 de julho de 1883, antes da abolição da escravatura. Na residência às 16h30, considerado pioneiro de Londrina. Nasceu em Vila Velha (Livramento), na Bahia, em 07 de julho de 1883. Recorda da infância na Bahia e a seca que predominava. Tal fato arrastou imigrantes para São Paulo, mudando logo em seguida para o Norte do Paraná onde havia o movimento de colonização. Recorda da fase que morou em São Paulo e da época que morou na Bahia. Comenta acerca dos pais e sobre a vida longe da família após sair de casa para trabalhar em São Paulo e posteriormente em Londrina.

Obs.: Grupo responsável pelo projeto formado pelo professor Jorge Cernev (CCH Londrina), Jean Marrie Breton (Linguas do CCH), George Craig Smith. Objetivo gravar depoimento para futuras pesquisas históricas feitas a respeito de Londrina e da região Norte do Paraná.

Pioneiro - Depoimento oral Fulgêncio Ferreira Neves

Depoimento: 11/11/1977

Tempo: 33m23s

Fita Cassete - 044/2

Sinopse: Descreve fatos e características da região na época da colonização como mata e costumes. Menciona fazendeiros e propriedades rurais frequentados pelos colonos e moradores que chegavam a região. Menciona a presença de religiosos e membros da igreja na região como padres e pastores. Fala sobre leituras religiosas. Descreve as casa que eram feitas de pau a pique e sapé e a

aquisição de um sítio na região quando foram nascendo os filhos.

Pioneiro - Depoimento oral Sra. Carlota Mello Peixoto Davids

Depoimento: 19/11/1977

Tempo: 13m30s

Fita Cassete - 007/B

Sinopse: Áudio danificado pelo tempo. Dificuldade de escuta e transcrição.

Pioneiro: Depoimento oral Gordon Fox Rulle

Depoimento: 27/11/1977

Tempo: 18min.

Fita Cassete - 007/A

Sinopse: Chegada em 22 de novembro de 1967, pela Cia Melhoramentos Norte do Paraná. Trabalhou por 51 anos.

Áudio com som e entendimento das falas prejudicado por ruídos.

22. FC067/A FC067/B

Depoimento oral Francisco Pereira de Almeida Junior (Autor do Hino a Londrina)

04/07/1978

Sinopse: Relato acerca do hino a Londrina.

23. FC068/A FC068/B

Depoimento oral Francisco Pereira de Almeida Junior (Autor Hino a Londrina)

14/09/1978

Sinopse: Relato acerca do hino a Londrina.

Analisando o conjunto de áudios revisitados pela presente pesquisa, é possível encontrar os quatro conceitos de análise de domínio em todos os elementos fonográficos.

#### 4.1 INDEXAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESPECIALIDADES

Quando se fala no caráter de organizar o material contido no museu enquanto unidade de informação, é necessário destacar que os conceitos de indexação e recuperação de especialidades se aplicam em todo o repositório de forma geral, não podendo ser destacada nenhuma entrevista em particular. Inclusive, além do material datado da década de 1970, objeto deste estudo, o material que se encontra em todo o acervo do museu é objeto de cuidados que envolvem estes dois conceitos englobados em um domínio segundo Hjørland.

No entanto, é possível citar como exemplo o depoimento de Alexandrer Rasgullaeff, datado de 21/09/1972, com tempo de 34m40s - Fita Cassete - 204a. No referido documento, o entrevistador registra, em áudio, dados pessoais do pioneiro como nome completo, país (Rússia) e cidade de origem (Moscou), profissão agrimensor, formado no Instituto Constantino. Em 1914, formou-se. Casado com Sofia Rasgullaeff, em 1918. A recuperação desta informação básica acerca de suas origens corrobora outros dados disponíveis em livros, documentos históricos e entrevistas e reportagens de jornais que por ora tragam dados referentes a sua nacionalidade e formação. Como é um dado declinado pelo próprio pioneiro, pode ser indexado como fidedigno e com credibilidade histórica.

#### 4.2 ESTUDOS HISTÓRICOS

No que tange aos estudos históricos, é importante destacar que o objeto traz fortuna crítica acerca de diversos momentos da história de Londrina como a colonização, criação das primeiras escolas, depoimento do primeiro prefeito, a criação e fundação da Universidade Estadual de Londrina, entre outros pontos que são considerados como fundamentais para a história de Londrina. No contexto geral do documento que traz o conjunto de entrevistas, assim como o tópico anterior e os demais, deve ser analisado de forma geral e unida.

Entretanto, contém exemplos que podem ser citados como o caso de professor Lauro da Veiga Pessoa, em depoimento de 03/06/1974, cujo tempo é de 36m28s: a entrevistadora diz que gostaria de ouvir e gravar o personagem contando sobre sua vida e chegada a Londrina. Vale ressaltar que ao lado de Zaqueu de Mello

relatou seu contato com o governador Lupion para a criação da universidade, e a designação da primeira administração da instituição que viria a ser a Universidade Estadual de Londrina. No contexto histórico, o material constitui importante documento sobre a formação de uma das vitrines de Londrina para fora da cidade.

#### 4.3 ESTUDOS DE DOCUMENTOS E GÊNEROS

No caso de estudo de documentos, o material em si traz três categorias das condições em que se encontravam os áudios, tanto no formato cassete quanto no digital, considerando que em ambos os casos existe a deterioração no quesito armazenamento e tempo. O primeiro é considerado em perfeito estado de conservação que permite a guarda e manuseio por parte do pesquisador. Pode-se ressaltar quase todos e citar o da professora Mercedes Camargo Martins Madureira, em depoimento de 15/08/1974, cujo tempo é de 33m23s.

A audibilidade permite entender com clareza que ela nasceu em Curitiba em 8 de novembro de 1915, fez seus estudos na capital em Colégio Estadual do Paraná e formou-se bacharel em Ciências e Letras. Por isso, foi possível saber que em 1936, em cartas geográficas, Londrina era assinalada como um pequeno ponto mas de futuro imprevisível, destino traçado e considerada na época um centro agrícola. Considerada uma das primeiras professoras, foi Willie Davids que deu a chave da primeira escola. No segundo áudio, a professora Mercedes Camargo Martins Madureira ressalta os dados da primeira entrevista.

Outra categoria é a dos documentos parcialmente audíveis dentre os quais os áudios das cinco entrevistas de Carlos Probst, padre palotino da fundação da cidade. Essa fita está em condições mas carece de tratamento de áudio na sua forma digital, para que seja possível saber, com exatidão, o que ele exatamente diz sobre sua fase de chegada à cidade.

Por último, os considerados totalmente perdidos que podem ser recuperados desde que empregada tecnologia na passagem do analógico – fitas cassete – para o digital, mas que na atual situação é considerado inaudível. Cita-se o de Mario Tacahashi e parte do de Ludovico Surjus (outros estão em perfeitas condições) e o de George Craig Smith que existe um áudio praticamente inaudível.

#### 4.4 ESTUDOS EPISTEMOLÓGICOS E CRÍTICOS

A epistemologia é a ciência que estuda os conceitos e as formas de conhecimento, razão pela qual pode ser empregada nas sinopses pesquisadas. O conteúdo das entrevistas traz dados já conhecidos que apenas corroboram o que outras fontes também informam. Outras entrevistas apresentam dados novos, comentários inéditos, um real acréscimo capaz de gerar conhecimento e informação. O debate em torno desse fato possibilita estudos críticos que podem ser contemplados nas teorias encontradas nos domínios de Hjørland.

Neste caso, cita-se o depoimento do também pioneiro Joaquim Vicente de Castro, em gravação de 30/09/1975, o primeiro prefeito de Londrina. Conta o áudio que foi a equipe técnica da área de Ciências Humanas do Departamento de História que realizou a entrevista com o primeiro prefeito da cidade. O entrevistado fala de sua nomeação para prefeito de Londrina no contexto de interventores nos estados na presidência de Getúlio Vargas. Foi Manoel Ribas o interventor e, à época, Londrina ainda nem era distrito. Faz menções à política socialista que regia o país naquela época e sua expansão para o interior. Contra o pensamento imperialista.

Finalmente, o pioneiro Gordon Fox Rulle relata a Chegada em 22 de novembro de 1967. Trabalhou por 51 anos Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. É um relato importante, mas o áudio está com o som e o entendimento das falas prejudicado por ruídos, o que dificulta o acesso a outras informações, exceto dados parciais, pois a gravação oscila conforme a audição. Isso traz novos conhecimentos e gera fortuna crítica para a comunidade científica e acadêmica, considerando que seu conteúdo é de relevância não somente local e estadual, mas também federal, pois trata da elevação de Londrina a município, fato que teve impactos que perduram até hoje na história da região.

A pesquisa como um todo enfrentou limitações no momento de transcrever em sinopses áudios, de entrevistas que apresentavam problemas de conservação que afetaram seu entendimento. O fato já foi citado no tópico estudos históricos, mas pode ser reiterado em virtude da representatividade enquanto objeto desta pesquisa. Essa parte do material são os áudios que não estão em condições de entendimento e carecem de tratamento, talvez uma nova digitalização.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente dissertação foi refletir sobre o acervo museológico, da perspectiva do conjunto de obras que normalmente fica esquecido – uma vez que não faz parte do material de exposição permanente como peças indígenas, de colonização, utensílios, vasos, quadros, esculturas, ou mesmo recortes de jornais e outras peças que fazem parte do acervo pleno de exposição - tão característico deste espaço de visitação cultural. Diante deste detalhe, a pesquisa dirigiu-se no sentido de buscar o que estava oculto e consistiu em analisar os arquivos de entrevistas com os pioneiros de Londrina que foram realizadas durante a década de 1970, com nomes ligados à colonização da região de Londrina e Norte do Paraná como George Craig Smith, Alexander Rasgulaeff, Arthur Thomas, Ludovico Surjus, entre outros. O material foi apresentado em sinopses para descrever o conteúdo desse material de áudio disponível no Museu Histórico de Londrina.

A princípio eram áudios armazenados em formato analógico, e a direção do Museu providenciou para o seu transporte para o meio digital com intuito de melhorar a conservação como documento histórico, e para que pudesse ser utilizado em pesquisas como a proposta nesta dissertação. Diante da disponibilidade, foi feita a audição de todo o material referente ao período de 1970-1979, para acesso ao conteúdo dos depoimentos.

Para fundamentação, foram discutidos os conceitos de documento, documentação, museu como unidade de informação e adotados os princípios da análise de domínio de Birger Hjørland que forneceu o aporte metodológico de quatro domínios para que pudesse ser feita uma leitura do objeto, além do conceito de informação propriamente dito. Foram eles: indexação e recuperação de especialidades, estudos históricos, estudos de documentos e gêneros e estudos epistemológicos e críticos. É importante considerar que cada elemento foi fundamental para analisar o objeto e enquadrá-lo dentro dos objetivos do trabalho.

O primeiro foi a recuperação do material que estava abrigado pelo Museu, e a digitalização tornou possível assegurar vida mais longa a um repertório de entrevistas com os desbravadores de Londrina e região. Somente assim seria possível salvar o material que estava fadado a ser descartado, enquanto fitas cassetes que viessem a ser deterioradas pelo tempo. Aquilo que poderia ter se tornado material de

descarte foi restaurado, e o material foi salvo pelo Museu, dado o valor como documento histórico. Para essa tarefa, vale reiterar a importância do olhar fornecido pelos quatro domínios identificados dentro do conceito de Análise de Domínio.

No que diz respeito ao domínio estudos históricos, é importante ressaltar que esse aporte teórico oferece, em termos de Ciência da Informação, uma abertura importante no momento de proceder a classificações, agregando respaldo de autores de disciplinas como história ou afins. No que tange a estudos de documentos e gêneros, é importante ressaltar os estudos de documento e documentação é de suma importância para classificar os áudios como documentos históricos. Os autores da área da documentação como Paul Otlet e Henry de La Fontaine, que escreveram e publicaram o “Tratado da Documentação”, são fonte essencial para entender e classificar o que é documento dentro da Ciência da Informação.

O domínio Estudos epistemológicos e críticos permite analisar de forma conceitual todo o arcabouço teórico presente na teoria de Hjørland, em que as pesquisas partem de objetos que devem ser um dos comportamentos – neste caso a colonização e o fato de este material ter sido registrado de maneira histórica. Também, dependendo dos pesquisadores, esses achados são regidos por meio de diferentes tipos de suposição, conhecimento de base, “teorias” entre outros aportes.

Destaca-se a oportunidade de poder trabalhar com tão importante registro histórico referente à cidade de Londrina e à região Norte do Paraná de maneira conceitual e prática. Ouvir os depoimentos dos autores das primeiras caravanas para a região sobre como era a cidade antes de a mata ser derrubada, e da construção de uma cidade que viria a ser uma das maiores do interior do Brasil, não tem elementos que possam definir. É sem dúvida um privilégio poder acessar o repositório do museu com áudios gravados por pioneiros, e com isso propor uma reflexão crítica acerca do assunto.

Outro detalhe é a possibilidade de ter acesso a um estudo que utilizou um conceito importante da Ciência da Informação que é a Análise de Domínio, de Hjørland. Considerado um dos paradigmas do assunto na CI, o autor é referência em estudos de classificação e recuperação de informação. A possibilidade de trabalhar neste sentido apresenta complexos desafios, ao mesmo tempo que torna animadora a possibilidade de diálogo com outros estudos que levam adiante seus preceitos.

Ressalta-se, portanto, o grande valor de pensar com esse autor o

objeto em questão que é o acervo de entrevistas de pioneiros de Londrina da década de 1970, na condição de documentos abrigados pelo Museu Histórico de Londrina em seu papel de unidade de informação. A investigação centrou-se nos aspectos exploratórios e descritivos, percurso que não se esgotará em tão breve tempo, pois, afinal, há mais duas décadas a descrever. A perspectiva animadora vem do fato de ficar evidenciado que uma cidade tão nova dispõe de uma fonte de extremo valor à espera de receber um tratamento documental.



## REFERÊNCIAS

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BODÊ, E. C. Documento digital e preservação digital: algumas considerações conceituais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 9 No 2, n. 2, p. 503-516, 2016.
- BONI, Paulo César. A história de sorte de Londrina com a fotografia. **Revista Brasileira de História da Mídia**, Universidade Federal do Piauí, v.2, n.2, p.127-137, 2013.
- BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Ligia Maria Arruda. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 9, 2008, São Paulo, **Anais**. São Paulo: Ancib, 2008, p.14.
- CALDAS, Rosângela Formentini. Bibliotecas, arquivos e museus como centros de referência na dimensão cultural das comunidades. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 3, p. 57-69, set./dez. 2011.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. **Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: < [http://conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Carta\\_preservacao.pdf](http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf). Acesso em 22/09/2020.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. **Diretrizes para implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Disponível em [http://antigo.conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/diretrizes\\_rdc\\_arq.pdf](http://antigo.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf) Acesso em 22/09/2020.
- DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Conselho Nacional de Arquivos – Conarq. **Publicações Técnicas**, n.5, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- DURANTI, Luciana. **Diplomática: usos nuevos para una nueva ciencia**. Tradução de Manuel Vászquéz. Carmona: S&C Ediciones, 1995.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo (SP): Editora Atlas, 2002.
- HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information Science. **Journal of Documentation**, V. 58, n. 4, 2002, p.422-263 ([www.emeraldinsight.com/0022-](http://www.emeraldinsight.com/0022-)
- MARDEGAN, José Carlos. **Organização da Informação em sites de TV públicas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Estadual de Londrina, 2014.
- MICHEL, Jean. L'information et documentation : un domaine d'activité professionnelle en mutation. **Les Cahiers du Numérique**, v.1, n.3, 2000, p. 47-64.

NUÑEZ-CONTRERAS, Luiz. **Archivística**: estudios básicos. Sevilla: Diputación Provincial, 1981.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p.59-79, 2009.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Editions Mundaneum; Palais Mondial; Imp. Van Keerberghen & fils, 1934. 431 p.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde, Letícia Alves, Virginia Arana, Silvana Arduini, Cristian Brayner, Marcilio de Brito, Magno Evangelista, Maria Yêda de Filgueira Gomes, Guillaume Achilles Clair Marie Isnard Filho, Nair Kobashi, Ana Regina Luz Lacerda, Antonio Agenor Briquet de Lemos, Ercília Mendonça, José Antonio Pereira do Nascimento, Martha Suzana Nunes, Regina Obata, Edmir Perrotti, Ivete Pieruccini, Alice Araújo Marques de Sá, Camila Silva, Max Evangelista da Silva, Johanna Wilhelmina Smit, Rosemeri Bernieri de Souza, Maria Carolina de Deus Vieira. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018. 742 p.

RABELLO, Rodrigo. A dimensão categórica do documento na ciência da informação. Encontros Bibli: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 31, p. 131-156, 2011.

RABELLO, Rodrigo. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista (Campus Marília). São Paulo. 2009.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital**: uma revisitação necessária. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense. Niterói. Rio de Janeiro. 2011.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, jul. 2009.

SANTA ANNA, Jorge. A cultura como elemento agregador para as unidades de informação: pluralizando manifestações culturais. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, SP, v.15 n.1 p.82-98 jan./abr. 2017.

SANTOS, Hercules Pimenta dos. Mutações no conceito de documento: era digital e processo de redocumentarização. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 1, p. 66-83, 2018.

SILVA, Faysa de Maria Oliveira e; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. Desmaterializando o documento: contribuições da diplomática para a curadoria digital de documentos arquivísticos digitais. **Archeion Online**, v. 6, n. 2, 2019.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. A noção de documento digital: uma abordagem terminológica. **Em Questão**, v. 18, n. 1, p. 125-140, 2012.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Objetivos e finalidades do Museu Histórico de Londrina.**

(Disponível em <http://www.uel.br/museu/pagina/?idPagina=122>)